



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_19_Novembro_2020

1. Vacina reservada pela Europa só resiste em transporte com gelo seco abaixo de -70 graus, Correio da Manhã, 19/11/2020	1
2. Limite de 7500 castiga restaurantes, Correio da Manhã, 19/11/2020	3
3. Mudança - Conselho de Ministros, Correio da Manhã, 19/11/2020	6
4. Penhora de pensões, Correio da Manhã, 19/11/2020	7
5. Mulher reinfetada sete meses depois, Correio da Manhã, 19/11/2020	8
6. Governo trava saídas de profissionais necessários nos hospitais, i, 19/11/2020	9
7. Governo retoma reuniões do Infarmed, i, 19/11/2020	12
8. Orçamento. Governo retoma negociações, i, 19/11/2020	13
9. IVAucher vai custar 5,6 milhões ao Estado, Jornal de Notícias, 19/11/2020	14
10. Apoio à retoma entra hoje em vigor e sem penalização, Jornal de Notícias, 19/11/2020	15
11. Profissionais de saúde com as férias em risco, Jornal de Notícias, 19/11/2020	16
12. Quem esteve em lay-off sofreu cortes ilegais, Jornal de Notícias, 19/11/2020	17
13. Passes de Porto e Lisboa vão poder ser usados no táxi, Jornal de Notícias, 19/11/2020	18
14. Governo gasta mais de 5 milhões no IVAucher, Negócios, 19/11/2020	20
15. Apoio à retoma «é o novo lay-off simplificado», Negócios, 19/11/2020	21
16. Governo volta a negociar com o Bloco para o OE, Negócios, 19/11/2020	22
17. Pacote negociado com a esquerda custa mais de mil milhões, Negócios, 19/11/2020	23
18. Criada nova comissão para definir estratégia de vacinação para a covid, Negócios, 19/11/2020	26
19. Pandemia trouxe profusão de leis e muita confusão, Negócios, 19/11/2020	27
20. IRS - Isenção pode chegar a mais 20 mil pessoas com baixos salários, Público, 19/11/2020	29
21. Governo mobiliza 300 agentes da Protecção Civil para os inquéritos epidemiológicos, Público, 19/11/2020	31
22. Portugal assume papel de “bom aluno” na resposta orçamental à crise, Público, 19/11/2020	32
23. Orçamento - PS quer saber quanto custam as propostas do PSD, Público, 19/11/2020	33
24. Novo estado de emergência: o que já se sabe, Público, 19/11/2020	35
25. Governo e BE marcam reunião sobre o OE: “sem propostas” e “sem expectativas”, Público, 19/11/2020	36
26. A jogada do hidrogénio, Visão, 19/11/2020	37
27. Tancos abre crise no Ministério público, Correio da Manhã, 19/11/2020	42

28. Professores acusam ministério de encobrir real dimensão da pandemia, Correio da Manhã, 19/11/2020	44
29. Afastado fim de aulas presenciais no Superior, Correio da Manhã, 19/11/2020	45
30. Reuniões do Infarmed regressam hoje, Correio da Manhã, 19/11/2020	46
31. Há 828 escolas que tiveram ou têm casos de covid-19, diz Fenprof, i, 19/11/2020	47
32. Sindicato cria protesto e leva 207 bonecos para escola da PSP, i, 19/11/2020	48
33. Trabalhadores dos CTT anunciam greve, i, 19/11/2020	50
34. Portugal tem de garantir sustentabilidade orçamental no pós-pandemia, i, 19/11/2020	51
35. Sindicato defende juízas de acórdão sobre quarentena, Jornal de Notícias, 19/11/2020	52
36. Protocolo para apoiar empresas da Região Norte, Jornal de Notícias, 19/11/2020	53
37. Hotel Nave quer avançar com despedimento coletivo, Jornal de Notícias, 19/11/2020	54
38. Sindicato denuncia horários e cortes "ilegais" em faculdade de Medicina, Jornal de Notícias, 19/11/2020	55
39. Toy's «R» admite fechar lojas se restrições continuarem, Negócios, 19/11/2020	56
40. Ensino superior - Nova reduziu salário dos professores convidados, Público, 19/11/2020	58
41. Profissionais do SNS estão impedidos de se despedirem durante o estado de emergência, Público, 19/11/2020	60



Vacina para a Europa só resiste em ultrafrio

DADO MOURA/REUTERS



Há várias vacinas em desenvolvimento, mas a mais avançada é a da Pfizer, que deverá começar a ser distribuída até ao final do ano, incluindo no mercado europeu

VACINAS PARA A COVID-19 FASES DE DESENVOLVIMENTO

PRÉ-CLÍNICA

Testada apenas em animais **164**



FASE 1

Testes num pequeno grupo de voluntários **40**



FASE 2

Testes num maior grupo de pessoas para analisar a segurança e eficácia **20**



FASE 3

Testes em milhares de pessoas, para testar a segurança e eficácia no público-alvo a que se destina **12**



APROVADAS

0

TOTAL 236

Fonte: Organização Mundial da Saúde

PFIZER Transporte e armazenamento da vacina adquirida pela União Europeia é problema, pois necessita de temperaturas de -70 a -80 graus **PORTUGAL** Ministra da Saúde garantiu que o País deverá administrar as primeiras vacinas em janeiro

EDGAR NASCIMENTO

A vacina da Pfizer, que os países da União Europeia vão adquirir, só pode ser armazenada em ultrafrio, a temperaturas de -70 graus a -80 graus. A própria Organização Mundial da Saúde reconhece que o transporte e armazenamento desta vacina é um problema global. Em Espanha, a indústria do frio já está a fabricar frigoríficos específicos para serem distribuídos pela Europa.

Ontem, a ministra da Saúde, Marta Temido, garantiu que Portugal está a preparar-se para administrar as primeiras vacinas em janeiro. Como armazenar, onde será feita a toma e quem serão os primeiros a ser

vacinados são algumas das decisões que deverão ser tomadas públicas “no início de dezembro”, garantiu.

As palavras da ministra surgiram após críticas da bastonária da Ordem dos Farmacêuticos. Na Convenção Nacional da Saúde,

FARMACÊUTICA ANUNCIOU QUE A VACINA TEM UMA EFICÁCIA DE 95 POR CENTO

de, Ana Paula Martins disse ser “completamente leviano fazer considerações sobre a distribuição da vacina sem saber exatamente quais as primeiras que vão chegar ao mercado, quais as condições de refrigeração para as manter e quais os grupos pri-

mários a vacinar”. No mesmo encontro, António Ferreira, internista do Hospital de São João (Porto), alertou para o tempo que ainda pode demorar até que haja uma vacina aprovada. “Tive informações de um diretor de uma grande empresa que produz seringas, que dizia que mesmo produzindo 24 sobre 24 horas, sete dias por semana, sem paragem, a capacidade de produzir essas seringas não chega para responder imediatamente às necessidades da população mundial”, afirmou.

Ao contrário de outras vacinas, que podem ser guardadas num frigorífico comum por várias semanas, a vacina para a Covid-19 que a Pfizer espera co-

meçar a distribuir até final do ano – 50 milhões de doses, sendo que a UE acordou comprar 200 milhões numa primeira fase e mais 100 milhões adicionais – requer uma organização quase perfeita desde que sai da fábrica (que na Europa localiza-

TRANSPORTE SERÁ EM CONTENTORES TERMAIS CHEIOS DE GELO SECO

se na Bélgica) até que é administrada, pois aguenta poucos dias em temperaturas de 2 a 8 graus. A farmacêutica norte-americana, que anunciou que a vacina tem uma eficácia de 95%, já explicou que o transporte será em contentores ter-

mais cheios de gelo seco (dióxido de carbono sólido). Cada contentor tem 975 frascos e cada frasco contém 5 doses. Camiões levam os contentores para as transportadoras. Assim que as caixas chegam ao destino, podem ser abertas por pouco tempo, apenas duas vezes por dia.

O transporte de gelo seco obriga a autorizações especiais das autoridades de aviação civil, pois pode ser um perigo para a tripulação se passar do estado sólido para o gasoso. A TAP já anunciou que está a garantir que tem as parcerias e meios necessários para poder fazer o transporte das vacinas em contentores refrigerados. ●

EUROMILHÕES
A criar escândalos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES
Super Jackpot

JOGOS SANTACASA
#Ganhamostodos

JUSTIÇA
TANCOS ABRE CRISE NO MINISTÉRIO PÚBLICO

P.29

QUINTA-FEIRA 19/11/2020 | DIÁRIO | €1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
 DIR.-GERAIS EDIT.: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
 DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

GUIMARÃES
GANG SACA 400 MIL € EM DEZ ROUBOS

P.19

PAI ACUSA MADRASTA DO HOMICÍDIO DE VALENTINA P.17

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.6 A 15

LIMITE DE 7500 EUROS CASTIGA RESTAURANTES

PREJUÍZO DE MILHÕES COM APOIO DE TOSTÕES

Cafés recebem cerca de 300 € de compensação dos dois fins de semana de emergência

Doentes sofrem com pressão acrescida no serviço nacional de saúde

Vacina reservada pela Europa só resiste em transporte com gelo seco abaixo de -70 graus

LEGIONELLA NO NORTE P.22
 Unidade da Longa Vida suspeita do surto mortal

CASTELO BRANCO P.28
 Autarca desconhece lei em negócios de família

COIMBRA P.16
 Pede foto de menina despida e é absolvido

COLEÇÃO CRIME E CASTIGO

MICHAEL PETERSON

SÁBADO, DIA 21

1,99€ + JORNAL

Michael Peterson
 Morte na Escada

VIDAS P.41 A 45

Cristina

TIRA 9 MIL € POR MÊS POR MÊS A FÁTIMA LOPES

Mudanças na televisão com impacto no orçamento da apresentadora de 'À Tarde é Sua'



CONLUÍO COM ESPANHÓIS FORÇA A OPA DE MÁRIO FERREIRA
CMVM OBRIGA A OFERTA DE COMPRA SOBRE A DONA DA TVI P.40

CONTRATO MILIONÁRIO P.32
DIRETOR TROCA BENFICA POR ROMA

PROCESSO AO FC PORTO P.33
MAXI PEREIRA EXIGE 1,2 MILHÕES

CONTRA SACAVENENSE P.34
AMORIM MANTÉM ESPINHA DORSAL

NOSSA APOSTA.PT

AJ NOSSA

O ASSISTENTE VIRTUAL QUE TE DÁ DICAS PARA AS MELHORES APOSTAS

PERDAS NA PANDEMIA

ANÁLISE ♦ Pequeno café ou restaurante médio têm quebras de faturação distintas, mas limite máximo de 7500€ trava ajuda próxima dos prejuízos

NEGÓCIOS ♦ Empresa média já perdeu 1,4 milhões este ano

DIANA RAMOS

O tecto máximo de 7500 euros do Governo no programa Apoiar.pt está longe de compensar as perdas de cafés e restaurantes. Tanto um pequeno café como um restaurante de dimensão média vão receber 7500 euros de ajuda nesse programa, apesar de as quebras serem muito distintas.

O programa Apoiar.pt é dirigido a todas as empresas com quebras de faturação superiores a 25% face ao ano anterior, mas tem sido a restauração um dos setores que mais têm sentido as medidas restritivas. Peguemos no exemplo de um café ou pastelaria que antes da pandemia faturava uma média diária de mil euros – volume de

COMPENSAÇÃO VALE 20% DA QUEBRA HOMÓLOGA E DOS FINS DE SEMANA

negócios anual de cerca 100 mil €, e que viu a faturação média diária cair, nos meses da pandemia, para valores entre 300 € a 400 € diários. Contas da consultora EY mostram que esse café perdeu este ano mais de 73 mil euros de receitas. Pagando o Governo, no Apoiar.pt, os 20% da diferença entre a faturação de 2019 e a deste ano, o apoio deveria atingir quase 14 700 euros. Contudo, a ajuda não vai além dos 7500 € definidos como tecto máximo para microempresas.

Já um restaurante médio que fature anualmente 1,5 milhões de euros – em 2019 tinha receitas diárias entre 3000 e 5000 € – e que tenha visto a faturação cair para uma média de 1500 € a 2500 € na pandemia, recebeu

Tecto deixa ajudas longe das perdas da restauração



Tanto um pequeno café como um restaurante vão receber 7500 euros

pouco mais de 84 mil euros este ano, perdendo mais de 1,4 milhões. Neste caso, segundo a EY, os 20% de diferença na faturação homóloga deveriam garantir uma contrapartida pública de 283 mil euros. Contudo, também aqui se aplica o tecto de 7500€. Uma empresa só é con-

siderada média quando a faturação é acima de dois milhões de euros, o que coloca quase toda a restauração no patamar das microempresas.

Olhando agora para os dois fins de semana de recolher obrigatório alargado – em que o Governo criou um apoio espe-

cífico de compensação à restauração – as ajudas também não são entusiasmantes. Se o pequeno café, que já tinha visto a faturação média deste ano cair para 300 € a 400 € diários, apenas tiver faturado 100 a 150 € em cada um dos dias em que teve restrições, os 20% de ajuda

totalizarão cerca de 336 euros.

No caso do restaurante médio, se tiver faturado apenas 700 € a 1000 € em cada um dos dias de recolher obrigatório alargado, a compensação extraordinária será de 1600 euros no conjunto dos dois fins de semana. ♦



APOIOS À RESTAURAÇÃO

PEQUENO
CAFÉ

APOIAR.PT

Média de faturação anual do restaurante

2019 90 000 €

2020 16 555,56 €

Quebra de faturação -73 444,44 €

Apoio a 20% da quebra 14 688,69 €

...MAS TECTO MÁXIMO DE 7500 €
LIMITA AJUDA

APOIO EXTRA AO FIM DE SEMANA

Média de faturação por fim-de-semana

Até outubro de 2020 1042 €

Em novembro de 2020 200 €

Quebra de faturação -842 €

Apoio por 2 fins de semana 336,80 €

...A AJUDA FICA CURTA (505,2 €)
NÃO COBRINDO AS PERDASRESTAURANTE
MÉDIO

APOIAR.PT

Média de faturação anual do restaurante

2019 1 500 000 €

2020 84 500 €

Quebra de faturação -1 415 500 €

Apoio a 20% da quebra 283 100 €

...MAS TECTO MÁXIMO DE 7500 €
LIMITA AJUDA

APOIO EXTRA AO FIM DE SEMANA

Média de faturação por fim-de-semana

Até outubro de 2020 5583,33 €

Em novembro de 2020 1400 €

Quebra de faturação -4183,33 €

Apoio por 2 fins de semana 1673,33 €

...A AJUDA FICA CURTA (2510 €)
NÃO COBRINDO AS PERDASRESTAURANTES PERDEM
1860 M € DESDE JANEIRO

Desde o início do ano, o setor da restauração já perdeu receitas no valor de 1860 milhões de euros, segundo dados oficiais do Governo. •

SÓ VALE UM REGISTO
NO BALCÃO 2020

Só pode existir um registo no Balcão 2020. Muitas empresas já beneficiaram de outros apoios e já estão registadas. É esse registo que vale. •

Uma em cada cinco
em risco de fechar

Sem novas ajudas "irão encerrar 1 em cada 5 empresas do comércio até final de Janeiro de 2021", estima a CCP, que pede mais "entre 10 mil a 15 mil milhões €" em apoios. •

Shoppings temem
desastre no Natal

Os shoppings temem que "restrições em excesso" comprometam o Natal, depois de terem tido quebras de 20,9% em outubro em termos homólogos, disse a associação do setor. •



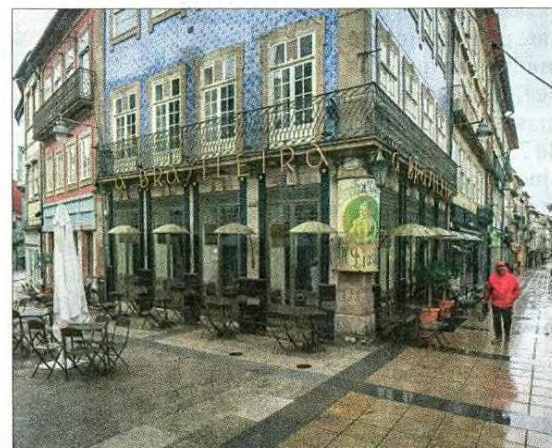
Adesão decorre até ao final do ano

Layoff sem devolver
incentivos já em vigor

A partir de hoje, empresas que até 23 de outubro tenham requerido o incentivo extraordinário à normalização de atividade podem passar para o layoff até 31 de dezembro sem terem de devolver os apoios recebidos, segundo um diploma publicado ontem em Diário da República. •



Marcelo com José Luis Carneiro



Restauração vai receber, no total, 25 milhões de euros a fundo perdido

Fazer contas a 44
fins de semana

Serão os próprios donos dos restaurantes que vão fazer a conta aos prejuízos que tiveram nos dois fins de semana de recolher obrigatório alargado. Segundo a bastonária da Ordem dos Contabilistas (OCC), os empresários terão de recolher a faturação dos 44 fins de semana de janeiro a outubro deste, fazer uma média e compará-la com a média da faturação dos dois fins de semana de confinamento. A diferença será o prejuízo sofrido, que será ressarcido em 20%. Paula Franco alertou ontem os empresários, na reunião livre dos OCC, que o programa e-atura não consegue processar a informação se existirem mais de 300 faturas por dia. Nesses

casos, a informação terá que ser retirada da contabilidade das próprias empresas. Mais, para ter acesso a este apoio extraordinário é preciso ter o "certificado PME" e não ter capitais próprios negativos em 2019.

E-FATURA BLOQUEIA
SE EXISTIREM MAIS
DE 300 FATURAS POR DIA

Paula Franco adiantou ainda que a portaria que definirá os pagamentos será publicada para a semana em Diário da República. O ministro da Economia já veio dizer que o apoio extraordinário à restauração, pelos dois fins de semana, totalizarão 25 milhões de euros. •MAG

PS e PSD garantem renovação do estado
de emergência com CDS mais reticente

O Parlamento vai aprovar amanhã a renovação do estado de emergência com os votos a favor de PS e PSD. "O PS é favorável à renovação do estado de emergência", disse ontem o secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro

em Belém. Também o "PSD está de acordo", afirmou o vice-presidente laranja, Nuno Morais Sarmento. Já o CDS, que tinha votado a favor há 15 dias, está mais reticente e criticou a "navegação à vista" do Governo. •

EUROMILHÕES
A criar escândalos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES
Super Jackpot

JOGOS SANTIACASA
#Ganhamostodos

JUSTIÇA
TANCOS ABRE CRISE NO MINISTÉRIO PÚBLICO

P.29

QUINTA-FEIRA 19/11/2020 | DIÁRIO | €1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
 DIR.-GERAIS EDIT.: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
 DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-AJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

GUIMARÃES
GANG SACA 400 MIL € EM DEZ ROUBOS
P.19

PAI ACUSA MADRASTA DO HOMICÍDIO DE VALENTINA P.17

ESPECIAL DE 10 PAGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.6 A 15

LIMITE DE 7500 EUROS CASTIGA RESTAURANTES

PREJUÍZO DE MILHÕES COM APOIO DE TOSTÕES

Cafés recebem cerca de 300 € de compensação dos dois fins de semana de emergência

Doentes sofrem com pressão acrescida no serviço nacional de saúde

Vacina reservada pela Europa só resiste em transporte com gelo seco abaixo de -70 graus

LEGIONELLA NO NORTE P.22
 Unidade da Longa Vida suspeita do surto mortal

CASTELO BRANCO P.28
 Autarca desconhece lei em negócios de família

COIMBRA P.16
 Pede foto de menina despida e é absolvido

COLEÇÃO CRIME E CASTIGO

MICHAEL PETERSON
 Morte na Escada

SÁBADO, DIA 21

1,99€ + JORNAL

VIDAS P.41 A 45

Cristina TIRA 9 MIL € POR MÊS A FÁTIMA LOPES

Mudanças na televisão com impacto no orçamento da apresentadora de 'À Tarde é Sua'



CONLUÍO COM ESPANHÓIS FORÇA A OPA DE MÁRIO FERREIRA
 CMVM OBRIGA A OFERTA DE COMPRA SOBRE A DONA DA TVI P.40

CONTRATO MILIONÁRIO P.32
 DIRETOR TROCA BENFICA POR ROMA

PROCESSO AO FC PORTO P.33
 MAXI PEREIRA EXIGE 1,2 MILHÕES

CONTRA SACAVENENSE P.34
 AMORIM MANTÉM ESPINHA DORSAL

NOSSA APOSTA.PT

AJ NOSSA

O ASSISTENTE VIRTUAL QUE TE DÁ DICAS PARA AS MELHORES APOSTAS

MUDANÇA | **CONSELHO DE MINISTROS**

O Governo adiou para amanhã o Conselho de Ministros onde aprovará novas medidas de combate à pandemia. A justificar a decisão está a reunião com peritos no Infarmed. No encontro serão decididas questões como as restrições a aplicar, segundo o grau de contágio, nos concelhos mais afetados.

**PROVEDORIA DA JUSTIÇA****PENHORA DE PENSÕES**

A Provedoria de Justiça recomendou ao Instituto de Segurança Social que corrija as penhoras de pensões que não respeitam a atualização do salário mínimo.

PENAFIEL

CASO Mulher esteve assintomática na primeira vaga da doença, mas voltou a testar positivo no dia 3 de novembro. Já foi hospitalizada duas vezes



Pacientes infetados na primeira vaga voltam a testar positivo. Autoridades desconhecem reinfeções

Mulher reinfetada sete meses depois

FRANCISCA GENÉSIO

Uma mulher, de 49 anos, residente em Irivo, Penafiel, é o terceiro caso de reinfeção pelo novo coronavírus no País. Testou positivo a 31 de março. Esteve infetada, mas “assintomática, durante 17 dias”, pode ler-se no relatório clínico a que o CM teve acesso. Passados sete meses, voltou a testar positivo, a 3 de novembro.

“Tinha muita tosse, diarreia, falta de ar. As complicações eram tantas que levaram a minha mãe fosse duas vezes ao Hospital Padre Américo, em Penafiel. Foi muito agressivo”, conta ao CM o filho da doente,

que prefere o anonimato, por medo de “discriminação”.

A família da mulher (marido, filho e nora) foi também infetada. Todos continuam positivos, à exceção do filho. Apenas a ma-

LABORATÓRIO PRIVADO ESTÁ A ESTUDAR UM DOS CASOS DE REINFEÇÃO

triarca tem sintomas mais graves. Ainda assim, está em casa, a recuperar. Até então, ninguém sabe explicar onde é que a mulher foi contagiada. “Sabemos que na primeira vaga foi no trabalho. Ela é empregada de limpeza e surgiram uns casos no

trabalho. Agora, não sabemos”, explica o filho.

Até então, os casos de reinfeção ainda não foram reconhecidos pelas autoridades de Saúde, embora o CM tenha conhecimento de, pelo menos, três. Ontem, foi conhecido um Grande Lisboa. Trata-se de uma mulher de 48 anos. Foi diagnosticada a 3 de julho. Recuperou passados 15 dias e, no final de outubro, voltou a apresentar sintomas da doença. O teste laboratorial confirmou a reinfeção. O caso está a ser estudado pelos laboratórios Germano de Sousa, garantiu ao CM a administração.

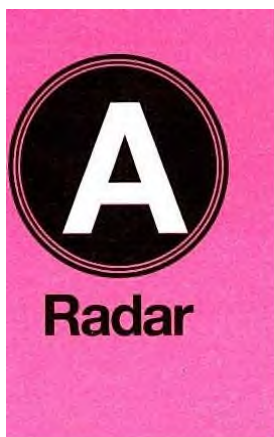
Já no mês passado tinha sido

tornado público um outro caso de reinfeção após sete meses, numa mulher, de 68 anos, da Grande Lisboa.

Na altura, a Direção-Geral da Saúde garantiu ao CM desco-

AUTORIDADES DA SAÚDE DESCONHECEM DADOS E DIZEM SER “PRECOCE”

nhecer casos de reinfeção. Ontem, o CM voltou a pedir esclarecimentos, mas não obteve resposta. Também a ministra da Saúde, Marta Temido, revelou “desconhecer dados” e garantiu que é precoce qualquer interpretação. ●



Desde o início do ano
o Santa Maria já perdeu 160
enfermeiros da área dos
cuidados intensivos

PATRICIA DE MELO MOREIRA/AFIP



Governo trava saídas de profissionais necessários no SNS

Despacho permite aos hospitais reter profissionais que pedem para rescindir contrato enquanto durar estado de emergência. Só o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, perdeu 160 enfermeiros com experiência em cuidados intensivos desde o início do ano e recrutamentos estão cada vez mais difíceis.

MARTA F. REIS
marta.reis@online.pt

Os profissionais de saúde que sejam considerados essenciais pelos hospitais para assegurar a resposta à covid-19 passam a partir desta de semana a poder ser impedidos de rescindir contratos. Um despacho publicado esta segunda-feira pelo Ministério da Saúde, e com efeitos imediatos, delega no Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, a competência para determinar a mobilização de trabalhadores dos serviços e estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde que requeiram a cessação, por denúncia, dos respetivos contratos de trabalho ou contratos de trabalho em funções públicas. A sangria de profissionais do Serviço Nacional de Saúde, em particular de enfermeiros, tem estado a criar constrangimentos em alguns hospi-

tais, em particular na grande Lisboa, isto numa altura em que é necessário reforçar as alas de resposta a doentes com covid-19. Os hospitais que recorram a este expediente têm de fundamentá-lo ao Ministério da Saúde, nomeadamente quanto à "essencialidade" de reter as saídas dos profissionais. O i tentou perceber junto do Ministério da Saúde se existe um levantamento de quantos profissionais de saúde iriam rescindir com os hospitais e vão agora permanecer nas unidades, não tendo tido resposta até ao fecho da edição.

O Hospital de Santa Maria é uma das unidades a avançar com o pedido à tutela para travar a saída de 18 enfermeiros com experiência em cuidados intensivos, sendo que este mês já tinham saído 16. Ao i, Ana Paula Fernandes, enfermeira-diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, que integra o Hospital de Santa Maria e o Hospital



COVID-19

Covid-19. Na maioria dos recentes casos não se sabe onde foi a infeção

Ministra da Saúde revelou ontem que só em 25% dos casos no Norte se conseguiu identificar contexto de transmissão. A DGS também clarificou ao i a informação neste momento disponível.

Pulido Valente, diz que se trata de uma situação temporária, que já tinha sido autorizada pelo Governo no primeiro estado de emergência e que também neste hospital permitiu em maio adiar a saída de 10 enfermeiros que tinham mostrado intenção de deixar o hospital. "Oito saíram depois em junho e dois acabaram por desistir, o que foi bom", diz a enfermeira-diretora, que fala de um momento de muita procura e recrutamentos por parte dos hospitais, públicos e privados, quando se vivem também uma necessidade diária de alargar a capacidade de resposta, nomeadamente abrir novas camas de UCI, o que a dificuldade em conseguir substituir profissionais com a mesma rapidez com que saem torna a gestão de recursos humanos mais difícil. Desde o início do ano, o Hospital de Santa Maria perdeu 160 enfermeiros da área de cuidados intensivos, a maioria para hospitais privados. Destes, faltava substituir 20, estando em curso um novo recrutamento, diz Ana Paula Fernandes. Com os 18 profissionais que o hospital iria perder esta semana, ficariam em falta 38. Para abrir mais 10 camas de UCI, são necessários pelo menos 30 enfermeiros, exemplifica a enfermeira-diretora. "É algo temporário, enquanto estamos nesta fase de crescendo de necessidade de aumentar a capacidade. As reservas de recrutamento neste momento não estão

a ser suficientes. Como estamos todos a tentar recrutar enfermeiros, ou gostam muito do Centro Hospitalar Lisboa Norte ou vão ocupando as vagas em função de quem primeiro chama, o que é legítimo".

A responsável sublinha que, em maio, todos os enfermeiros em trânsito nos hospitais puderam sair e não houve constrangimentos e disse esperar que todas as estruturas sejam sensíveis a esta necessidade no momento atual. No caso das saídas para o privado, admite no entanto que os hospitais públicos estão em desvantagem no que podem oferecer aos profissionais. "No público, o que temos para oferecer é a remuneração que está definida e trabalho. Naturalmente que há pessoas que saem porque querem ir para outra zona do país, para perto da família, mas quando só nos comparamos com o que o privado oferece, não temos a mesma capacidade de negociação.

"O que temos para oferecer é a remuneração definida e trabalho", diz enfermeira-diretora do Santa Maria

Quase duplica o valor remuneratório e nós não podemos fazer nada", diz a enfermeira-diretora. Um enfermeiro de cuidados intensivos, com dez anos de experiência, recebe em média à volta de 900/1100 euros líquidos de salário. "É lícito que se têm famílias, responsabilidades, casas para pagar, filhos, procurem algo que do ponto de vista remuneratório permita compensar o esforço que fazem", admite a enfermeira-diretora, que espera que todos compreendam a necessidade de se manterem nos hospitais neste momento mas reconhece que por vezes as condições oferecidas são "injustas". "Acredito que vão ajudar-nos a ultrapassar esta fase, como ultrapassámos a outra."

Ontem a ministra da Saúde anunciou que as férias poderão ter de ser suspensas nos próximos meses, numa altura que a evolução da epidemia no país é considerada muito grave. "Muito provavelmente terá de haver, em função da situação epidemiológica que vivemos, alteração de planos de férias de 2020, como já houve no início do ano", disse Marta Temido, admitindo que se trata de uma decisão difícil e que este é um esforço adicional pedido aos profissionais de saúde, que poderá estender-se a outras áreas. O Centro Hospitalar do Médio Tejo suspendeu temporariamente as férias de todos os profissionais até 31 de janeiro, com entrada em vigor imediata.

A ministra da Saúde revelou ontem numa entrevista ao podcast do PS Política com Palavra que os dados recolhidos nos inquéritos epidemiológicos apenas conseguiram conhecer o contexto de contágio em 25% dos casos na região Norte, onde no último mês onde se viveu um maior aumento de casos de covid-19 e maior dificuldade na realização de inquéritos. A informação surge depois de na semana passada o primeiro-ministro ter divulgado um gráfico que indicava que em 68% dos casos, os contágios ocorrem em convívios familiares ou sociais, 12% em meio laboral, 8% em lares, 3% nas escolas, 3% no convívio social e 1% nos serviços de saúde. O gráfico em causa viria a suscitar críticas nas redes sociais, pelo somatório não dar 100%. Ao Polígrafo, que abordou a polémica, o Ministério da Saúde respondeu que os 5% em falta no gráfico correspondiam a situações em que "o link epidemiológico e o contexto da infeção é desconhecido".

Depois desta informação, o i pediu um esclarecimento à Direção Geral da Saúde, uma vez que a última indicação a meio de outubro foi de que, na altura, 59% dos casos detetados no país tinham ligação epidemiológica conhecida, com 41% dos casos sem esse link. Um mês depois, com uma maior incidência de doença e relatos de maior demora na realização de inquéritos epidemiológicos, a redução para 5% parecia significativa. E resposta ao i, a DGS clarificou a que dizem respeito os valores, numa resposta que indica que os casos sem ligação epidemiológica estabelecida são a

esta altura superiores.. "Na última semana, dentro das notificações médicas com informação sobre o link, 66% tinham link epidemiológico. Na região Norte, 63% tinham link epidemiológico e na região de Lisboa e Vale do Tejo essa percentagem era de 67%", explicou a DGS. Assim, das notificações feitas pelos médicos, que não incluem as notificações laboratoriais (que têm de ser sujeitas a avaliação e inquérito epidemiológico), um terço dos casos não têm ligação epidemiológica estabelecida. O i tentou perceber, somando todos os casos, quantos não têm relação epidemiológica estabelecida, aguardando resposta. Na região Norte, a ministra da Saúde referiu no entanto o valor de 25%. Quanto aos 5% no gráfico apresentado pelo primeiro-ministro, a DGS explica que dizem respeito "a casos em que o link epidemiológico é conhecido, mas a informação disponível não permite identificar o contexto. Ou seja, acontece quando a notificação refere que existe link (um contacto com uma pessoa com sintomatologia sugestiva de COVID-19), mas o campo para especificar o tipo de ligação (laboral, familiar, entre outras) se encontra em branco ou incompleto."

Depois de atrasos na realização de inquéritos no último mês, a ministra da Saúde garantiu que na região Norte houve já a mobilização de militares para dar apoio às equipas. "Os inquéritos epidemiológicos estão a ser feitos com a maior rapidez possível e são da responsabilidade das equipas de saúde pública dos respetivos ACES", garantiu também ao i a Direção Geral da Saúde. MFR



INEVITÁVEL

Entrevista a Mónica Fonseca, médica de família e dirigente da Ordem dos Médicos

“Há utentes jovens que me preocupam mais do que certos idosos”

“Temos doentes que não percebem português ou mesmo inglês e que não sabem que existe a Saúde 24”

“Ainda não chegámos ao inverno e os profissionais já estão exaustos”

// PÁGS. 16-20

GOVERNO TRAVA SAÍDAS DE PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS NOS HOSPITAIS

Hospital de Santa Maria perdeu 160 enfermeiros com experiência em cuidados intensivos desde o início do ano Covid-19. Em 34% dos casos notificados pelos médicos não se sabe como as pessoas foram infetadas // PÁGS. 2-3

Sem-abrigo. Associações em guerra pelos apoios da Câmara de Lisboa

Distribuem comida, roupa, dão consultas aos sem-abrigo e escolheram as redes sociais como campo de batalha. Rivalidade ditada pelos apoios camarários // PÁGS. 12-15

Sindicato cria protesto e leva 207 bonecos para escola da PSP

Organização sindical quer chamar a atenção para o défice de agentes e leva polícias de plástico para o curso onde estão em falta // PÁG. 6

Joana Mortágua escreve sobre João Miguel Tavares e a falta de princípios

// PÁG. 22

CMVM obriga Mário Ferreira a lançar OPA sobre Media Capital

// PÁG. 32

Documentário nasce das ruínas da primeira comuna anarquista

// PÁGS. 26-27

Morais Sarmiento sobre congresso do PCP: “Não entendemos”

// PÁG. 4

INE. Recuperação da economia “mais lenta em setembro e outubro”

// PÁG. 8



19-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 5

Cores: Cor

Área: 4,49 x 6,79 cm²

Corte: 1 de 1



Governo retoma reuniões do Infarmed

INFARMED O Governo vai retomar na quinta-feira as reuniões entre especialistas e políticos no Infarmed. A última edição destas reuniões aconteceu a 7 de setembro, após terem estado interrompidas durante cerca de dois meses. Em comunicado à *Lusa*, fonte do Governo confirmou que estarão em cima da mesa assuntos como a renovação do estado de emergência e um balanço das medidas de combate ao novo coronavírus.



19-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 5

Cores: Cor

Área: 4,49 x 6,10 cm²

Corte: 1 de 1



Orçamento. Governo retoma negociações

LISBOA O Governo vai voltar a reunir com os partidos de esquerda e o PAN sobre o Orçamento do Estado para 2021. José Luís Carneiro anunciou o regresso às negociações com a garantia de que existe "abertura" para acolher algumas propostas de alteração ao documento. O Orçamento foi aprovado na generalidade, com os votos a favor do PS e a abstenção do PCP e do PAN.

IVAucher vai custar 5,6 milhões ao Estado

Governo terá de contratar
novos serviços para
viabilizar os benefícios

AJUDAS O Governo inscreveu no Orçamento do Estado para 2021 o IVAucher, uma medida que visa estimular o consumo no turismo, restauração e cultura, através da devolução do valor do IVA. Para operacionalizar a iniciativa, o Executivo vai gastar até 5,6 milhões de euros.

“Considerando que o Governo pretende modernizar o atual sistema de benefício fiscal por exigência de fatura, denominado ‘fatura da sorte’, mas não dispõe de um instrumento que permita conceder benefícios imediatos,

torna-se necessário proceder à contratação de serviços que permitam o processamento de participações de pagamentos feitos através de cartões bancários”, pode ler-se na resolução do Conselho de Ministros.

O Governo reconhece a necessidade de fazer um contrato “que dará origem ao respetivo encargo orçamental no ano económico de 2021”. Por isso, e segundo o que consta em “Diário da República”, fica autorizada a realizar, “durante o ano económico de 2021, a despesa no âmbito de procedimento de aquisição ao abrigo do número anterior, até ao montante máximo de (euro) 5 623 560,00, acrescido dos impostos legalmente devidos”. ● **ANA LARANJEIRO**



Mudança na regra dos apoios aos empresários é excecional e temporária

Apoio à retoma entra hoje em vigor e sem penalização

Empresários que queiram aderir podem fazê-lo sem perder o incentivo à normalização já dado pelo Estado

AUXÍLIOS Empresas com incentivo extraordinário à normalização de atividade podem aceder, a partir de hoje, ao apoio à retoma sem devolver ajudas já recebidas, segundo um diploma ontem publicado.

A alteração excecional e temporária às regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho, ontem publicada em decreto-lei, aprovado no início deste mês pelo Conselho de Ministros, é justificada pelo Governo com a "evolução da situação" da pandemia.

MUDANÇA ATÉ FINAL DO ANO O decreto-lei estabelece, por um lado, que o empregador que, até 31 de outubro de 2020, tenha requerido o incentivo extraordinário à normalização de atividade possa, excecionalmente, até 31 de dezembro de 2020, desistir desse apoio e aceder ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, sem necessidade de devolução dos montantes já recebidos naquele âmbito. Por outro lado, estabelece

também que o empregador que tenha recorrido à aplicação das medidas de redução ou suspensão previstas no Código do Trabalho, e que pretenda aceder ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, não fique sujeito ao prazo que limita o recurso a medidas de redução ou suspensão previstas no Código do Trabalho, o lay-off tradicional.

AGRICULTURA

12,2 milhões para produtores de carne e leite

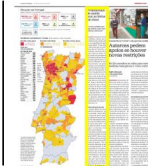
Os produtores de carnes de aves, leitões para abate, porco alentejano e de leite de pequenos ruminantes podem aceder, a partir de hoje, a um apoio às quebras de tesouraria resultantes da diminuição do consumo devido à pandemia. Um total de 12,2 milhões de euros serão distribuídos por cerca de 140 mil produtores, que poderão receber um máximo de 30 mil euros a fundo perdido.

O incentivo à normalização da atividade consiste num apoio financeiro às empresas que recorreram ao lay-off simplificado, sendo concedido em duas modalidades: pode ser pago de uma só vez e neste caso é de 635€ por trabalhador, ou ao longo de seis meses, sendo nesta situação de 1270€.

Já o apoio à retoma progressiva permite às empresas com quebras de faturação de pelo menos 25% reduzirem os horários dos trabalhadores, sendo parte da remuneração financiada pela Segurança Social.

QUEM JÁ BENEFICIOU

De acordo com a ministra do Trabalho, um total de 13 mil empresas beneficiaram do apoio à retoma, medida que veio substituir o lay-off simplificado. Por outro lado, já 45 mil empresas optaram pelo incentivo à normalização da atividade, que prevê o pagamento de um salário mínimo ou de dois salários mínimos, consoante a modalidade escolhida, após o lay-off simplificado. ●



Profissionais de saúde com as férias em risco

Governo admite que
seja pedido mais esse
“esforço adicional”

BALANÇO A ministra da Saúde admitiu, ontem, que os profissionais de saúde poderão ser impedidos de gozar férias de Natal. “É um esforço adicional que se pede”, disse Marta Temido, ao apresentar o boletim da Direção-Geral da Saúde. Por isso, pediu aos portugueses maior esforço de prevenção, até porque prevê que o volume de infetados se mantenha elevado “nas próximas duas ou três semanas”.

“O que importa é parar as cadeias de transmissão. Só juntos conseguimos ultrapassar esta nova fase da doença, que se prevê que permaneça elevada nas próximas duas ou três semanas”, disse a ministra. Embora garanta que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) ainda dispõe de elasticidade, lembrou que “as camas são um bem finito”. “O risco de transmissão está a baixar”, apontou, referindo-se ao facto de o grau de transmissibilidade de infeção se situar nos 1,11.

EFEITO NEFASTO NO SNS

O volume diário de novas infeções permanece, porém, elevado. “Isso é motivo de grande preocupação. Não podemos deixar que o risco de transmissão estabilize a um nível diário de novos casos como este”, vinco-
cou Marta Temido. Ontem, foram conhecidas mais 5891 novas infeções.

“Isso teria um efeito absolutamente nefasto na utilização do SNS”, deixou claro. Um desses efeitos prende-se com as férias dos profissionais de saúde. “Vai ter que haver alterações ao plano de férias de 2020. É uma decisão difícil. É um esforço adicional que se pede aos profissionais de saúde e, eventualmente, de outras áreas”, admitiu, considerando que “isso é mais um sinal que deve aconselhar a mais esforços para sermos solidários”. ● HERMANA CRUZ



Quem esteve em lay-off sofreu cortes ilegais

Segurança Social
vai corrigir os erros
e pagar retroativos

TRABALHO Alguns dos 895 mil trabalhadores que estiveram ou ainda estão em lay-off foram indevidamente penalizados na sua carreira contributiva. O Instituto da Segurança Social já reconheceu o erro e vai corrigir os registos e pagar retroativos às pessoas que tenham sido penalizadas no cálculo dos apoios sociais.

Segundo o “Jornal de Negócios” desta quarta-feira, nas últimas duas semanas, chegaram várias queixas junto da provedora de Justiça. Por exemplo, duas pessoas em regime de lay-off há oito meses viram os seus cortes salariais sem serem anulados do registo que aparece na Segurança Social Direta.

Só que, segundo o Código do Trabalho, os cortes salariais a que os trabalhadores são sujeitos durante os períodos de lay-off não podem prejudicar a carreira contributiva que serve de base ao cálculo de futuras prestações sociais.

JUSTIFICAÇÃO

Já depois de ter sido contactado pela Provedoria de Justiça, o Instituto da Segurança Social alegou que estes cortes se deveram à suspensão do mecanismo do registo de equivalências junto das carreiras contributivas, porque as empresas poderiam pagar salários acima dos limites legais.

Depois desta denúncia, a Segurança Social garante ao “Jornal de Negócios” que “os trabalhadores cujo valor das prestações sociais apuradas possam ter sido reduzidas por esta razão serão ressarcidos de forma retroativa dos montantes pagos a menos, procedendo-se ao recálculo das prestações entretanto recebidas assim que for feito o registo da equivalência, o que acontecerá o mais rapidamente possível” e de “forma automática”. ●

Clientes poderão usar passe para viajar de táxi no Porto e Lisboa

Carros farão trajetos específicos nas áreas metropolitanas em complemento ao autocarro e ao metro. Proposta em discussão no grupo de trabalho

Carla Sofia Luz
carlaluz@jn.pt

TRANSPORTES Os passes Andante e Lisboa Viva poderão integrar percursos específicos de táxi num futuro próximo. Os clientes usarão esses títulos nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa para viajar em zonas onde os autocarros, o metro e o comboio não chegam. Esta é uma das propostas consensuais do grupo de trabalho criado pelo Governo para modernizar o setor do táxi.

O debate no grupo, coordenado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), consensualizou mudanças nas tarifas e nos contingentes, a flexibilização da contratação de táxi, a digitalização da oferta e novas modalidades de prestação de serviço à população. É, neste capítulo, que se aponta o caminho para a integração nas redes Andante e Lisboa Viva, de modo a que o táxi possa cobrir "o segmento terminal das deslocações" onde a atual rede de transportes coletivos não dá resposta aos passageiros.

Este "amplo consenso" será aprofundado com a continuidade do debate no grupo que, além do IMT, integra as associações representativas dos taxistas (ANTRAL e Federação Portuguesa do Táxi) e representantes do Governo das pastas do Comércio, do Turismo e da Mobilidade, da Direção-Geral do Consumidor e dos autarcas.

No relatório preliminar do grupo de trabalho, a que o JN teve acesso, propõe-se também a "venda de pacotes de serviços com pré-pagamento", suportados "nos títulos de transporte como Lisboa Viva e Andante, após assegurada a interoperabilidade". A hipótese em análise passará pela aquisição de um pacote de títulos de viagem intermodais, a descontar em percursos específicos de táxi.

Outra forma de pagar esses "pacotes de serviço" seria com o cartão refeição. Neste momento, o uso deste tipo de cartão de débito está limitado à restauração e a compras em estabelecimentos comerciais que disponibilizam bens alimentares, não sendo admissível para a aquisição de viagens nos transportes públicos. Esta propos-



Será possível contratar um serviço de táxi sem um prazo mínimo através de plataforma digital

ta implicaria uma alteração na finalidade do cartão refeição.

MUDANÇAS NOS TARIFÁRIOS

A mexida no sistema tarifário, que não sofre alterações desde 2013, é uma das reivindicações das associações dos taxistas. Com a criação de um preço único intermunicipal por agregação de dois ou mais concelhos vizinhos [ler Mais propostas], será necessário conceber um tarifário para viagens em municípios onde não haja acordos. Então, desapareceriam as atuais tarifas 2, 3 e 5 e seria implementada uma tarifa progressiva, tendo em conta sobretudo a distância da corrida. A deslocação ficará mais cara quantos mais quilómetros forem percorridos e se o condutor retornar à origem sem passageiro.

À semelhança do que sucede com o serviço de TVDE (transporte de passageiros em veículos descharacterizados), aprofundar-se-á a contratação de viagens através de aplicação de telemóvel (app) com um regime tarifário específico. Na plataforma móvel dos táxis, surgirá um valor fixo para a corrida. Caberá ao cliente escolher se quer pa-

gar esse valor ou prefere que a contagem seja feita a taxímetro.

Outra mudança essencial para diversificar as fontes de receita dos taxistas é a flexibilização da contratação. "Só é possível contratar um serviço de táxi por 30 dias, no mínimo, e esse contrato tem de estar em papel no carro", explica Ana Rita Silva, vice-presidente da Federação Portuguesa do Táxi.

CONTRATOS SEM PRAZO

Em discussão, está a possibilidade de realizar contratos sem limite de prazo através de uma plataforma digital, onde ficariam registados os dados essenciais do acordo.

O táxi poderia ser contratado por um dia, por uma semana ou só por umas horas. Nesse contexto, funcionaria também o transporte flexível, fundamental em zonas com baixa densidade populacional e sem uma resposta capaz de transporte público, como o Interior do país. Os interessados fariam uma pré-reserva da deslocação. A pensar no mercado turístico, apontar-se ainda para serviços a percurso, convencionados com os municípios ou outras entidades locais. ●

MAIS PROPOSTAS

Preço único intermunicipal

Tarifa única permitirá viajar pelo mesmo preço entre dois ou mais concelhos vizinhos.

Gestão delegada

Delegar nas áreas metropolitanas e nas comunidades intermunicipais a gestão dos contingentes, como a definição do número de licenças na região e a abertura de concursos para atribuí-las.

Valorizar a qualidade

Os futuros concursos para a atribuição de licenças de táxi poderão valorizar a qualidade do serviço, por exemplo, se os veículos são novos e amigos do ambiente.

Multibanco generalizado

Pagamento por multibanco disponível em todos os táxis.

REIVINDICAÇÕES

Tarifas mais elevadas no verão e no Natal

Há propostas que ainda não foram debatidas no grupo de trabalho. As associações do setor querem discutir a criação da tarifa sazonal em locais onde há maior procura em certos períodos do ano. Também defendem um preço mais elevado para viagens no Natal e no Ano Novo, compensando os taxistas que prescindem de estar em família para manter a oferta de transporte.

Preço duplo para carros maiores

Outra mudança defendida pelos taxistas é a implementação da tarifa dupla para carros com mais de quatro lugares. Só se aplicaria em viagens com o carro cheio.

Mariza
"Não me considero fadista"
20 anos de carreira com tributo a Amália
P. 37

LONGA VIDA E RAMIREZ SUSPEITAS DE ESPALHAR LEGIONELA
Torres de refrigeração desligadas à espera das análises P. 22

Precisa de dinheiro?
Conheça a venda com opção de compra! Pode vender o seu ouro e voltar a comprá-lo, pagando-o até 24 suaves prestações.
VOCÊ 24
Venda com Opção de Compra
Valores
808 256 737
www.valores.pt

Passes de Porto e Lisboa vão poder ser usados no táxi

Transporte será assegurado como complemento ao autocarro e metro

Passageiro só terá de validar Andante e Lisboa Viva. Proposta em avaliação P. 10

Patentes
Comandante da GNR quer duplicar número de generais

Em 2000 eram três, agora são 11 e propõe que passem a 22 P. 19

DGS Depois do Avante, PCP negocia medidas para Congresso P. 12

Confinamento
Tribunal diz que detenção de emigrantes foi ilegal P. 18

Liga Grandes
com ritmo louco até ao fim do ano P. 45

F. C. Porto
Conceição abre a porta a Hulk P. 46



FRONTEIRAS CONCELHIAS FECHADAS NOS DOIS FINS DE SEMANA ALARGADOS
Possibilidade de antecipar férias escolares de Natal não agrada a ministros da Educação e do Superior P. 4 e 5

COVID-19 GOVERNO PREPARA DISTRIBUIÇÃO DA VACINA JÁ EM JANEIRO P. 6 e 7

MAIS
ajuda

Ninguém ajuda como os nossos clientes

Por cada compra com produtos Deluxe, 20 céntimos reverterem para projetos inovadores de apoio à comunidade.

Saiba mais em maisajuda.pt



Campanha válida nas lojas Lidl até 31 de dezembro de 2020. Limitado ao stock existente.

FISCO

Governo gasta mais de 5 milhões no IVAucher

O Governo vai gastar mais de 5 milhões de euros para operacionalizar o programa IVAucher, uma medida que visa apoiar os setores mais penalizados pela pandemia de covid-19, como restauração, alojamento e cultura. “O ano de 2020 fica marcado pela evolução pandémica originada na doença covid-19, a qual teve um efeito muito significativo em toda a economia nacional, motivado, nomeadamente, pela retração do consumo em determinados setores económicos”, lê-se na resolução do Conselho de Ministros publicada em Diário da República.

Nesse contexto, “torna-se fundamental criar as condições para a recuperação económica, designadamente através de um programa de estímulo ao consumo”. O IVAucher é uma das medidas da proposta do Orçamento do Estado para 2021 que pretende estimular o consumo na restauração, no alojamento e na cultura dando a possibilidade aos consumidores de acumularem o IVA suportado nestes setores, descontando-o nas compras seguintes, em descontos que deverão rondar os 50%.

Para operacionalizar este desconto, o Governo decidiu “proceder à contratação de serviços que permitam o processamento de participações de pagamentos feitos através de cartões bancários”. Será feito através de um concurso público. Neste âmbito, o Executivo prevê gastar mais de 5 milhões de euros para operacionalizar esta solução. O Conselho de Ministros autorizou a realização em 2021 de despesa até ao montante máximo de 5.623.560,0 euros.

O Governo espera que a medida permita aos contribuintes acumularem (e gastarem), através do IVA, um crédito de 200 milhões de euros. ■

RITA ATALAIA



SEGURANÇA SOCIAL

Apoio à retoma “é o novo lay-off simplificado”

A comunicação sobre os apoios às empresas “tem falhado”, considerou esta quarta-feira a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, que numa sessão de esclarecimento aos associados, procurou corrigir a mensagem. Paula Franco chamava a atenção para as condições do chamado “apoio à retoma progressiva”, assim batizado pelo Executivo quando não se adivinhavam os efeitos económicos da segunda vaga da pandemia, e ainda antes do alargamento dos critérios e do reforço do apoio. “Isto é o novo lay-off simplificado”, considerou.

Embora este apoio não garanta o financiamento a 70% nem permita o corte de um terço do salário a todas empresas com quebras de faturação de 40%, “este novo lay-off simplificado começa nas quebras de faturação de 25%. Ainda é mais abrangente que o anterior”, disse.

As reduções de horário permitidas pelo “apoio à retoma” dependem da quebra da faturação, oscilando entre um terço (no caso de quebras de 25%) e 100% (para quebras de faturação superiores a 75%). A empresa paga as horas trabalhadas e a Segurança Social financia em 70% as não trabalhadas (100% no caso de quebras de faturação superiores a 75%, que admite uma figura semelhante à suspensão de contrato).

“Se for completado com a formação consegue ter um retorno total do salário e o trabalhador ainda pode ficar acima dos 100% com a bolsa de formação”. Isto porque estão previstas bolsas de 175,5 euros por cada trabalhador abrangido e de 131,64

euros para o empregador.

Paula Franco reconheceu, no entanto, que as regras de contribuições são menos favoráveis na medida em que apenas está prevista uma redução de 50% na TSU e apenas para as pequenas e médias empresas.

Na conferência foi referido o decreto-lei publicado esta quarta-feira, que entra hoje em vigor, e que na prática facilita o acesso ao novo regime a dois grupos de empresas.

Por um lado, as que estão em lay-off clássico (o do Código do

Trabalho), e que poderão transitar sem período de espera para o chamado “apoio à retoma”.

Por outro lado, permitindo que os empregadores que recorreram ao chamado incentivo à normalização de atividade – um apoio do inicialmente pensado para ajudar

a sair do lay-off simplificado – possam aderir ao apoio à retoma sem devolverem os montantes recebidos pelo IEF. Para isso, o requerimento do incentivo à normalização tem de ter sido feito até 31 de outubro e o empregador tem de desistir até 31 de dezembro. ■ CAP

100%

REDUÇÃO

Para quebras superiores a 75%, permite-se a “redução a 100%” das horas trabalhadas.



Manuel de Almeida/Lusa



O Bloco de Esquerda tem-se mantido inflexível no seu conjunto de 12 exigências.

ORÇAMENTO

Governo volta a negociar com o Bloco para o OE

O secretário-geral adjunto do PS revelou que, “por iniciativa do Governo”, haverá esta quinta-feira nova reunião do Executivo com os parceiros da esquerda, incluindo BE, numa derradeira tentativa de aproximar posições.

DAVID SANTIAGO

davidssantiago@negocios.pt

A guerra de palavras entre socialistas e bloquistas que marcou a fase prévia à votação da proposta de Orçamento do Estado para 2021 (OE 2021) na generalidade vai dar lugar a uma nova troca de palavras, agora num registo mais pacífico e com o intuito de assegurar aproximar posições entre o Governo e os parceiros preferenciais da esquerda, em particular o Bloco de Esquerda.

“Por iniciativa do Governo, durante o dia de amanhã [quinta-feira] haverá novo diálogo e conversações com os partidos e, nomeadamente, com o Bloco de Esquerda, tendo em vista garantir a confirmação de disponibilidade negocial da parte do Governo”, adiantou esta quarta-feira o socialista José Luís Carneiro à saída do encontro mantido, em Belém, com o Presidente da República.

O secretário-geral adjunto do PS revelou assim a intenção de o Executivo fazer um derradeiro esforço para se aproximar dos bloquistas, isto três semanas depois do voto contra do Bloco (o primeiro voto contrário num orçamento desde a geringonça) ao OE na generalidade. E frisou, num tom cauteloso, que serão “negociações tendo em vista aproximar aquilo que for de aproximar e concluir a integração daquilo que for para integrar”.

Os encontros desta quinta-feira entre o Governo e os partidos da esquerda não são de alto nível, mas de trabalho, pelo que, por exemplo, o primeiro-ministro, António Costa, e Catarina Martins, coordenadora bloquista, não marcarão presença. Fonte do Bloco confirmou ao Negócios que a reunião foi pedida pelo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, que representará o Executivo nos encontros, que desde logo informou que o Governo não tem novas propostas a apresentar e que a reunião serve para conhecer a posição dos bloquis-

tas nas votações medida a medida que vão decorrer na especialidade.

O Negócios apurou ainda que é diminuta a expectativa de que haja qualquer mudança de posições quer da parte do Governo, quer do Bloco.

“Desde o princípio que o Governo mostrou abertura total para acolher as propostas dos parceiros políticos com incidência parlamentar”, acrescentou Carneiro destacando os esforços já feitos pelo Executivo e pela bancada parlamentar do PS, em concreto no reforço do “investimento em mais meios humanos e materiais para o Serviço Nacional de Saúde”, em diminuir “o abuso de situações laborais” no contexto da pandemia e no compromisso de aumentar em mais de 24% o investimento público “em matérias decisivas”.

Neste último ponto, o socialista precisou ainda que esse investimento incidirá sobretudo na aposta em infraestruturas e habitação e fez questão de notar que este foi “um dos temas que o Bloco de Esquerda pôs em cima da mesa”. ■

OE 2021

Governo avalia propostas do PSD em 700 milhões

Ainda sem garantia de aprovação do OE 2021, e a braços com negociações tensas à esquerda, o Ministério das Finanças teme maiorias negativas que prejudiquem o défice orçamental. A guerra de números já começou.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

Em plena fase de discussão e votação do Orçamento do Estado para 2021 na especialidade, e tendo a formação de maiorias negativas no Parlamento, o Ministério das Finanças foi fazer as contas às propostas de alteração do PSD. Diz que custam mais 700 milhões de euros aos contribuintes e que uma parte relevante das medidas é de carácter estrutural – precisamente o oposto do que foi esta quarta-feira recomendado pela Comissão Europeia.

Está dado o pontapé de saída para uma guerra de números. Segundo as contas do Governo, há 91 propostas de alteração do PSD que somam 700 milhões de euros à despesa pública no próximo ano. Só o impacto da redução de 50% das portagens custa 100 milhões de euros ao ano, num total superior a mil milhões ao longo da concessão, contabiliza o Executivo.

As várias medidas previstas para a função pública, nomeadamente no que diz respeito a suplementos e carreiras, têm um custo potencial de cerca de 200 milhões de euros por ano, estima o Ministério das Finanças. E tanto no caso das portagens como nos gastos com a função pública, o impacto é estrutural, considera o Governo. Ou seja, mesmo depois de a pandemia estar ul-

trapassada, estes custos mantêm-se, tornando mais difícil relocalizar as contas públicas em equilíbrio.

Aos 700 milhões de euros, o Governo garante que há ainda que somar o impacto da medida de suspensão do pagamento por conta, que pode ir de 1.500 a 3.000 milhões de euros, assegura.

A ideia dos sociais-democratas é que as empresas devam pagar IRC de acordo com os resultados reais do exercício em curso, e não em função dos resultados do ano anterior. Esta suspensão, defende o PSD, deve durar enquanto vigorarem as medidas restritivas ao funcionamento da atividade económica, de forma a aliviar os impostos sobre as empresas num ano em que a sua atividade deverá continuar prejudicada pela pandemia.

Uma estratégia anunciada

Desde que o líder do PSD, Rui Rio, anunciou o chumbo ao Orçamento, que o ministro das Finanças tem prometido aos sociais-democratas estar particularmente atento às suas propostas, na fase de especialidade. Na análise aos argumentos do PSD para votar contra a proposta socialista, João Leão tem passado por cima de críticas como “falta de estratégia” ou “obsessão pela propaganda” e tem-se concentrado no facto de os sociais-democratas acusarem o Executivo de distribuir “o que tem e o que não tem”.

Na audição de especialidade, por exemplo, o ministro já tinha dito que iria querer saber que

impactos têm as propostas do PSD na despesa e se os sociais-democratas seriam consequentes com as suas críticas, apresentando medidas para reduzir os gastos do próximo ano.

Nessa mesma audição, o ministro João Leão também já se tinha mostrado contra a ideia de suspender o pagamento por conta, argumentando que só as empresas que, mesmo com a pandemia, apresentarem lucros em 2020 é que terão de fazer pagamento por conta em 2021. Para o Governo, uma medida destas só beneficia as empresas mais robustas e menos afetadas pela pandemia. Além disso, para as mais frágeis traz dificuldades futuras, quando tiverem de compensar o pagamento do imposto.

O próximo passo, adiantou o Ministério das Finanças ao Negócios, será calcular o impacto das medidas do PSD que vierem a ser aprovadas na especialidade. O objetivo será responsabilizar os sociais-democratas por uma parte do desequilíbrio orçamental que se venha a verificar no próximo ano, pondo assim em causa a imagem de partido responsável no controlo das contas públicas.

Entretanto, o Governo continua a negociar com os partidos de esquerda – em especial o PCP, mas também ainda o BE – para tentar viabilizar o OE 2021. Nestas negociações, os comunistas têm exigido mais medidas de apoio às famílias e às empresas e mais investimento público, pressionando para a aprovação de alterações ao Orçamento que também agravam o défice. ■



O PSD disse que votava contra o OE 2021 porque diz que distribui o que tem e o que não tem.

JOÃO LEÃO

Ministro das Finanças

PS envia medidas do PSD para UTAO

O PS vai pedir à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), os peritos do Parlamento sobre contas públicas, para avaliar os impactos de três propostas do PSD para o OE 2021. Duas dizem respeito a iniciativas sobre portagens (visam reduzir as tarifas em alguns troços portajados, entre 50% e 75%) e a terceira é sobre a suspensão do pagamento por conta em IRC, enquanto estiverem em vigor medidas restritivas do funcionamento da atividade económica. O Governo diz que a alteração nas portagens custa 100 milhões de euros por ano e que a medida sobre o IRC pode custar até 3 mil milhões de euros. Com as alterações introduzidas no verão à Lei de Enquadramento Orçamental, os partidos passaram a ter direito a pedir à UTAO para avaliar o impacto orçamental de propostas, até um determinado limite, consoante a sua representatividade parlamentar.



João Leão, ministro das Finanças, acusa



Miguel Baltazar



o PSD de querer impor austeridade num momento de recessão económica profunda.

Pacote negociado com esquerda custa bem mais de mil milhões de euros

Depois do chumbo na generalidade dado pelo BE, o Executivo sabe que o poder negocial do PCP aumentou. Muitas medidas têm sido negociadas com os comunistas.

As contas são do Ministério das Finanças e foram sendo reveladas ao longo dos últimos dias. Para convencer a esquerda a viabilizar o Orçamento para 2021 – em particular o PCP, já que as negociações com o BE estão particularmente frias desde o chumbo da proposta na generalidade – o Governo já aceitou medidas que avaliam em mais de mil milhões de euros.

Há pelo menos três iniciativas a que João Leão diz ter dado o sim na sequência da insistência, em particular, dos comunistas. A mais pesada é a introdução de uma nova prestação social, extraordinária, para os trabalhadores mais desprotegidos e que perderam os rendimentos com a atual crise, fruto da pandemia. A iniciativa começou por representar um acréscimo de 450 milhões de euros na despesa, mas depois de ter sido revista para se tornar mais abrangente, a ministra do Trabalho revelou que a fatura passou para 633 milhões de euros.

A esta medida, somam-se 370 milhões de euros de um modelo de lay-off mais generoso, que garante o pagamento dos salários aos trabalhadores nestas condições a 100%. Os novos contornos deste apoio resultaram também da negociação com o PCP.

E há ainda que contar com 270 milhões de euros da atualização extraordinária das pensões mais baixas, logo a partir de janeiro, em 10 euros. Esta também é uma bandeira dos comunistas. Somadas, só estas três iniciativas custam 1.273 milhões de euros.

Com o Bloco de Esquerda, as coisas têm estado bastante diferentes. As negociações emperraram antes da apreciação da proposta do Governo na generalidade em que os bloquistas votaram contra, ao lado da direita, deixando ao PCP muito mais margem negocial. Tan-

633

MILHÕES

Pelas contas do Governo, é esta a fatura em que vai já a nova prestação social extraordinária para os trabalhadores mais desprotegidos.

to que, na fase de entrega de propostas de alteração, o Bloco se cingiu a 12, as mesmas que vinha a insistir com o Governo, e dali não saiu. Já o PS avançou com algumas medidas, de olhos postos na esquerda, mas que, na verdade, tinham por alvo essencialmente o PCP, uma vez que as mesmas propostas, soube-se entretanto, já haviam estado na mesa das negociações e sido consideradas insuficientes pelo Bloco. Para este, falta, por exemplo, alargar a nova prestação social, a tal que já vai em 633 milhões e que os bloquistas querem que chegue a mais pessoas, acabando, nomeadamente, com a imposição de uma condição de recurso. Isso, naturalmente, faria subir o custo da medida. No entanto, parte significativa das propostas do Bloco são na área laboral, paralelas ao próprio OE. Esta quarta-feira soube-se que, a poucos dias de se iniciar a discussão na especialidade, Governo e Bloco voltam à mesa das negociações, faltando agora saber até onde é que o Executivo admite ir e onde é que os bloquistas admitem ceder. ■ MP/FL

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 19 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4375 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Alta tensão no 5G

Braço de ferro entre empresas e regulador pode atrasar introdução da nova tecnologia | **Conheça** os principais pontos da discórdia | **Há espaço** para um quarto operador móvel em Portugal?

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

ORÇAMENTO DO ESTADO

Pacote negociado com a esquerda custa mais de mil milhões

Governo avalia propostas do PSD em 700 milhões

ECONOMIA 8 e 9



Comércio

Toys “R” Us admite fechar lojas se restrições continuarem

HOME PAGE 2

Media

CMVM obriga Mário Ferreira a lançar OPA sobre 70% da dona da TVI

Regulador estabeleceu que o empresário terá de lançar a oferta até 25 de novembro.



EMPRESAS 19

Acionistas da concessão Algarve Litoral em guerra

Conduril e Tecnovia discordam da estratégia usada pela Elevo para pedir indemnização à IP.

EMPRESAS 18 e 19

Automóvel

Queda de 23% não retira Portugal da elite produtora

EMPRESAS 20

Vacina perde efeito nos mercados

MERCADOS 24 e 25, EDITORIAL



PANDEMIA

Criada nova comissão para definir estratégia de vacinação para a covid

Após os anúncios de que há vacinas contra a covid-19 com eficácias superiores a 90%, o Governo português antecipa já o momento em que pelo menos uma das vacinas estará finalmente pronta para ser administrada em massa.

Na quarta-feira de manhã, a ministra da Saúde afirmou, em entrevista ao podcast do Partido Socialista "Política com Palavra", que o Governo está a "preparar tudo" para "poder ter a distribuição da primeira vacina em janeiro". Além disso, um despacho publicado no dia 4 de novembro, mas conhecido apenas esta quarta-feira, revela a criação da Comissão Técnica de Vacinação contra a Covid-19 (CTVC).

Trata-se de um "grupo consultivo da Direção-Geral da Saúde (DGS), que se dedicará à recomendação de estratégias apropriadas no respeitante à vacinação contra a covid-19, baseadas na melhor evidência científica disponível sobre o impacto da doença e da vacinação", revela o despacho da DGS.

O objetivo é criar uma estratégia nacional para a vacinação contra a covid-19. "Está uma 'task-force' a acompanhar o tema, com elementos dos serviços centrais, da DGS e peritos que deve fazer essa definição", afirmou a ministra da Saúde.

As funções da comissão passam pela emissão de "pareceres técnicos sobre as vacinas contra a covid-19", pela recomendação de grupos-alvo de vacinação "e a sua priorização" ou pelo acompanhamento do "desenvolvimento de estudos sobre a vacinação e as vacinas covid-19", revela o despacho.

As recomendações e pareceres da CTVC serão depois apresentadas à "diretora-geral da Saúde, para eventual submissão" ao Governo.

O despacho acrescenta também que a "CTVC é constituída por especialistas de áreas do conhecimento que contribuem

40

VACINAS EM ENSAIOS CLÍNICOS

Despacho da DGS destaca que existem mais de 160 vacinas em desenvolvimento e 40 em ensaios clínicos.

para o estudo e a aplicação das vacinas e da vacinação" e que os peritos nomeados "têm acompanhado a evolução dos conhecimentos sobre o vírus SARS-CoV-2, sobre a clínica e epidemiologia da covid-19 e sobre as vacinas contra a covid-19".

Na habitual conferência de imprensa sobre a evolução epidemiológica da pandemia em Portugal, Marta Temido indicou que o plano de vacinação nacional deverá ser apresentado "o mais tardar" no início de dezembro.

A criação deste grupo está em linha com o que foi sugerido pela Organização Mundial da Saúde e pela Comissão Europeia, que "têm recomendado e estimulado os países a prepararem as suas estratégias de vacinação contra a covid-19".

O despacho sublinha também que "o desenvolvimento e a rápida disponibilização de vacinas, seguras e eficazes, contra a covid-19, são objetivos primordiais da Organização Mundial da Saúde e de todos os países do mundo, considerados essenciais para a resolução da crise pandémica, estando, neste momento, mais de 200 vacinas em desenvolvimento, das quais mais de 40 em ensaios clínicos".

Por sua vez, a Comissão Europeia tem a tarefa de negociar acordos de "pré-reserva com os produtores das vacinas candidatas mais promissoras, por forma a garantir (...) a utilização na União Europeia". ■

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Pandemia trouxe profusão de leis e muita confusão

Está a ser necessário legislar, e muito, para responder à crise económica causada pela pandemia. Quem dá assessoria jurídica às empresas admite que era inevitável, mas fala em pouca clareza e confusão.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

A pandemia e a necessidade de dar resposta à economia como um todo e, em particular, às empresas em maiores dificuldades fizeram disparar a produção legislativa. Foi um processo inevitável, consideram os advogados ouvidos pelo Negócios. Contudo, lamentam que muitas vezes a pouca clareza das leis se tenha transformado e continue a ser um entrave a quem procura respostas e apoios.

A advogada Maria da Glória Leitão, sócia coordenadora do departamento de laboral da sociedade Cuatrecasas, admite que a “situação pandémica complexa e dinâmica exige respostas flexíveis”. Contudo, sublinha, as medidas em cada momento em vigor “deveriam ser claras, fáceis de entender, apreender e aplicar”. É a razão é simples, como explica: “É difícil gerir uma empresa com sucessivas mudanças de regime, muitas vezes constando de diplomas publicados num dia, para entrar em vigor no dia seguinte, ou na hora ou na meia hora seguintes, como já aconteceu.”

Para o fiscalista João Espanha, a profusão legislativa “está a transformar-se num entrave para as empresas que querem beneficiar das medidas de apoio anunciadas pelo Governo”, até porque, como adianta, estamos perante “centenas de alterações legislativas e regulamentares”, algo em que vê improvisação e o consequente exaspero por parte de quem procura respostas.

O processo de produção legislativa nacional “foi sempre mar-



Vários setores da economia estão em crise e as respostas que lhes são dadas esbarram, por vezes, em legislação pouco clara.

cado por um certo fator de reatividade o que, tendo em conta o caráter evolutivo desta pandemia, acabou por sair reforçado de forma exponencial”, frisa João Nóbrega, sócio Raposo Subtil e Associados. No entanto, face aos

entraves que esta profusão acaba por criar, o mesmo advogado defende que tem de haver mais e melhor informação e maior celeridade nas respostas.

Falta de clareza e confusão

José Nogueira, managing partner da RSN Advogados, entende que “a desarticulação entre comunicação, atividade legislativa e capacidade instalada, para a execução das medidas, tem criado uma enorme confusão e a perceção nos agentes económicos de que o que se anuncia não é rigoroso e que na verdade o que não há são apoios”. Segundo adianta, “em parte, essa perceção é real, mas também é um facto que os que

existem não estão a chegar de forma eficiente”. E aponta um exemplo, com a normalização da atividade empresarial, que ontem mesmo “veio alterar e reduzir o alcance da medida”.

Já Amílcar Silva, “Of Counsel” da Antas da Cunha Ecija, explica que o excesso de burocracia tem sido uma das queixas recorrentes dos clientes da sociedade, que em sua opinião “tem como efeito evidente retardar a chegada dos apoios à economia real”. Alguma dessa “chuva” de leis, diz, “poderia ser evitável com uma maior ponderação no processo legislativo, evitando-se por exemplo as constantes retificações a que muitas medidas têm sido su-

Para o fiscalista João Espanha, as leis que estão a ser criadas para ajudar as empresas são, por vezes, um entrave.

Apoios às empresas suscitam aplausos, mas sabem a pouco



A desarticulação entre comunicação, atividade legislativa e capacidade instalada, para a execução das medidas [de apoio às empresas], tem criado uma enorme confusão.

JOSÉ NOGUEIRA

Managing partner da sociedade RSN

Embora tudo dependa dos setores de atividade, as medidas anunciadas pelo Governo para apoiar as empresas em dificuldade, devido à crise causada pela pandemia, são as necessárias?

Amílcar Silva, "Of Counsel" da Antas da Cunha Ecija & Associados, frisa antes de tudo que "é de elementar justiça reconhecer que a tomada de decisão sobre as medidas de apoio a implementar é particularmente complexa", tendo em conta a imprevisibilidade da evolução da situação. Ainda assim, identifica algumas questões que causam dúvidas. Desde logo, "a exigência que é feita às empresas de terem uma si-

tuação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social para poderem beneficiar dos apoios, o que parece contraditório com o objetivo dos próprios apoios, sobretudo no caso de empresas que tinham a sua situação perfeitamente regularizada antes da pandemia e que só começaram a incumprir".

Em termos fiscais, as medidas tomadas até ao momento, como sejam o adiamento dos prazos de pagamento de algumas prestações tributárias, estão entre as medidas importantes para atenuar as dificuldades dos contribuintes, defende Patrick Dewerbe, sócio coordenador de Fiscal

da CMS Rui Pena & Arnaut. No entanto, adianta, "estamos perante medidas meramente paliativas que de certa forma apenas 'mexem' nos prazos, suspendendo ou adiando o cumprimento de determinadas obrigações".

Até por isso, defende a tomada de medidas concretas, em particular no que respeita a prejuízos fiscais incorridos nos anos de 2020 e 2021. A eliminação da limitação da dedução dos prejuízos fiscais a 70% da matéria coletável e a admissibilidade de planos de pagamento em prestações com dispensa de prestação de garantias são outras propostas que defende.

"As medidas anunciadas têm de ser, antes de mais, articuladas num plano de resposta estrutural aos desafios e impactos colocados pela pandemia, para lá do que seria uma mera e indesejada resposta legislativa conjuntural. É necessário, por um lado, garantir uma maior adequabilidade e eficácia das medidas já tomadas", defende João Nóbrega, sócio da RSA - Raposo Subtil.

Nesse sentido, adianta, "é fundamental garantir uma maior inteligibilidade do conteúdo, dos procedimentos, assim como assegurar flexibilidade no acesso aos diversos apoios, sempre na ótica dos beneficiários", frisa. ■

jeitas para clarificar dúvidas interpretativas ou para corrigir problemas de implementação".

O fiscalista Patrick Dewerbe, sócio da CMS-RPA, não deixa de aplaudir a capacidade de resposta do Governo face à crise pandémica, de que resultou "uma profusão legislativa inevitável". Sucede que, como adianta este advogado, "a mesma é, em certos casos, complexa e de difícil apreensão para as pessoas e empresas". Como solução, o mesmo advogado defende que se consolide "a legislação de caráter excepcional já publicada num diploma único, que concentraria as diferentes medidas aprovadas avulsamente". ■



O processo de produção legislativa nacional foi sempre marcado por um certo fator de reatividade, o que foi reforçado com a pandemia.



JOÃO NÓBREGA

Sócio e advogado coordenador da sociedade RSA



Profusão legislativa foi inevitável [...], mas é, em certos casos, complexa e de difícil apreensão para as pessoas e empresas.



PATRICK DEWERBE

Sócio coordenador de Fiscal da CMS Rui Pena & Arnaut



É difícil gerir uma empresa com sucessivas mudanças de regime, muitas vezes [...] para entrar em vigor no dia seguinte.



MARIA DA GLÓRIA LEITÃO

Sócia coordenadora da área laboral na Cuatrecasas



Com uma maior ponderação no processo legislativo, evitavam-se, por exemplo, constantes retificações [...] para clarificar dúvidas.



AMÍLCAR SILVA

Of Counsel da Antas da Cunha Ecija & Associados



Isenção de IRS para mais 20 mil cidadãos com baixos salários

Mínimo de existência proposto pelo PS abrange quem ganha abaixo de 707 euros. PCP e BE deverão deixar passar iniciativa

Pedro Crisóstomo

A proposta do Partido Socialista para subir o valor do mínimo de existência em 100 euros permitirá que mais 20 mil trabalhadores com baixos salários passem a estar isentos do imposto total ou parcialmente, segundo cálculos do Governo.

A iniciativa deverá ser aprovada na votação do Orçamento do Estado na especialidade, porque tanto o PCP como o BE admitem ao PÚBLICO que não a travarão.

Entre os trabalhadores com rendimentos mais baixos, alguns já são abrangidos pelo mínimo de existência e, por isso, não sentirão diferença. Outros, também com baixos rendimentos, e mesmo alguns que já beneficiam desta medida pagando menos IRS mas não estando totalmente isentos, passarão a estar cobertos por esta regra e irão pagar menos imposto.

O mínimo de existência é uma regra fiscal que pretende garantir que, depois de o fisco aplicar as taxas do IRS, um cidadão não fica com um rendimento líquido anual inferior a um determinado patamar considerado indispensável para viver. Isto significa que quem ganha menos está isento ou tem uma redução do imposto na proporção necessária para que o rendimento líquido não seja inferior a esse limiar definido na lei.

A bancada do PS propõe subir esse tecto de 9215,01 euros para 9315,01, para aplicar esta regra “excepcionalmente” ainda aos rendimentos de 2020. Embora os descontos mensais do IRS tenham por base o valor actual, será com base no novo (assumindo que a medida avança) que o fisco fará o acerto do imposto de 2020 (2021), aquando da entrega das declarações de rendimento.

A iniciativa pode ser encarada como uma aproximação ao PCP, que se absteve na votação do OE na generalidade e apresentou uma série de iniciativas para baixar o imposto para quem ganha menos. O BE, por seu lado, admite votar a favor, o que abre

a porta à aprovação da medida.

Ao PÚBLICO o deputado do PCP Duarte Alves afirma que o partido regista que “há propostas que não vão tão longe como as do PCP, mas que alteram o mínimo de existência”. Apesar de lembrar que a iniciativa socialista é limitada no tempo e “muito mais limitada” do que outra da bancada comunista – que faz subir o mínimo de existência em quase 500 euros, mas para os rendimentos de 2021 e anos seguintes –, o deputado admite que o PCP não obstaculize “uma medida que aumente o rendimento disponível”. “Agora, obviamente, um aumento de 100 euros é muito limitado”, contrapõe.

Quanto ao BE, o grupo parlamentar esclareceu, através do gabinete de imprensa: “Não deixaremos de votar favoravelmente aquelas [propostas] que, por limitadas que sejam, possam melhorar o Orçamento.”

Impacto de 15 milhões

Com o novo mínimo, pagarão IRS os contribuintes que têm um rendimento bruto mensal a partir de 707,6 euros, calcula a consultora PwC.

Este patamar salarial é um pouco superior ao que resulta da aplicação directa da fórmula do mínimo de existência (665,4 euros, o equivalente ao novo referencial dividido por 14 meses), porque na liquidação do IRS é preciso ter em conta outras variáveis, como a dedução específica e as deduções à colecta.

Na prática, um trabalhador solteiro e sem filhos que em 2020 ganhe 707,6 euros brutos por mês (9906,36 anuais) pagará 591,34 euros de IRS, ficando com um rendimento líquido anual de 9315,01 euros, o valor exacto do mínimo de existência. A simulação assume que este contribuinte alcançou o tecto dos 250 euros da dedução das despesas gerais familiares.

Dos 5,3 milhões de contribuintes, cerca de 2,46 milhões estavam isentos em 2018.

O PCP tem a sua própria proposta para aumentar o mínimo de existên-



A medida aplica-se aos rendimentos deste ano e tem efeito em 2021

As quatro propostas do PCP para o IRS

O PCP tem quatro iniciativas na área do IRS — “dirigidas especificamente aos rendimentos mais baixos e intermédios”, sintetiza o deputado Duarte Alves. Além da solução de aumentar o mínimo de existência, propõe um desagravamento para os rendimentos baixos e intermédios, através de uma combinação de outras medidas. A bancada comunista quer

aumentar o número dos escalões, actualizar os limites dos escalões em 0,7% (se se mantiverem os patamares actuais) e aumentar a dedução específica que permite isentar uma parcela dos rendimentos (trabalho dependente e pensões). A ideia é indexar a dedução específica ao IAS, assumindo a fórmula $0,7 \times 14 \times \text{IAS}$ (a dedução passaria para 4300,34 euros, mais 196 euros).

cia em 491 euros, melhorando a fórmula de cálculo (em vez de corresponder a 1,5 Indexante de Apoios Sociais vezes 14, assumiria 1,58 IAS vezes 14). A medida é distinta da do PS, porque teria efeitos relativamente aos rendimentos de 2021 e anos seguintes, sendo que, para o próximo ano, significaria colocar o mínimo de existência nos 9706,48 euros. Não se sabe se o PS apoia esta subida.

Caso a iniciativa do PCP seja rejeitada e o mínimo de existência mantenha o actual desenho, o referencial volta a ser de 9215,01 euros em 2021 ou mais alto, dependendo do aumento do salário mínimo, que ainda não é conhecido.

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 19 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.166 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Público

Toy Story, 25 anos
O filme que mudou o cinema de animação
Cultura, 30/31

Bem-estar
Potenciadas pela pandemia, as consultas de psicologia online estão a aumentar
Ímpar, 32

Estudo
Gastam-se 146 milhões de euros por ano com a doença inflamatória intestinal
Ciência, 29

Farmácias fazem testes rápidos para detectar covid-19 à margem das regras

Há farmácias que estão a realizar testes rápidos de antígeno sem cumprirem os requisitos técnicos definidos

quer pela Direcção-Geral da Saúde, quer pelo Infarmed, quer pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge. O Governo

vai, entretanto, mobilizar 300 agentes da Protecção Civil para os inquéritos epidemiológicos. Planalto com

sete mil casos diários seria "completamente inaceitável", diz em entrevista ao PÚBLICO o epidemiologista

Manuel Carmo Gomes, que considera não ser prioritária a vacinação das crianças **Destaque, 2 a 7**

IRS
Isenção pode chegar a mais 20 mil pessoas com baixos salários
Economia, 24

Orçamento
PS quer saber quanto custam as propostas do PSD
Socialistas pediram à Unidade Técnica de Apoio Orçamental que calcule o impacto de três propostas dos social-democratas **Política, 12**

Ensino superior
Nova reduziu salário dos professores convidados
Os docentes convidados do curso de Medicina da Universidade Nova passaram a ganhar menos pelo mesmo número de horas **Sociedade, 16**

Moçambique
Jihadistas estão a preparar ataque em Cabo Delgado
Habitantes de Mueda, no interior de Cabo Delgado, começaram a deixar a região, perante a iminência de um ataque jihadista **Mundo, 20/21**

Profissionais do SNS estão impedidos de se despedirem durante o estado de emergência

Medida abrange profissionais considerados essenciais nas unidades **Sociedade, 15**

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES
Super Jackpot!

JOGOS SANTACASA
#Ganhamostodos

COPIAR E COLAR O CÓDIGO DE ACESSO AO JOGO SANTACASA.PT

ISSN 0872-1548



Ministério da Saúde assegura formação específica

Governo mobiliza 300 agentes da Protecção Civil para os inquéritos epidemiológicos

São José Almeida

São cerca de 300, todos agentes da Protecção Civil, os primeiros funcionários públicos mobilizados para reforçar a elaboração de inquéritos epidemiológicos a contaminados por covid-19, no âmbito do decreto do estado de emergência em vigor e que deverá ser renovado a 24 de Novembro. Estes funcionários deverão entrar em funções até ao fim do mês.

A opção de começar por seleccionar agentes da Protecção Civil para esta tarefa prende-se com a sua “proximidade” ao assunto, devido ao tipo de formação profissional que detêm, explicou ao PÚBLICO a ministra da Modernização do Estado da Administração Pública, Alexandra Leitão.

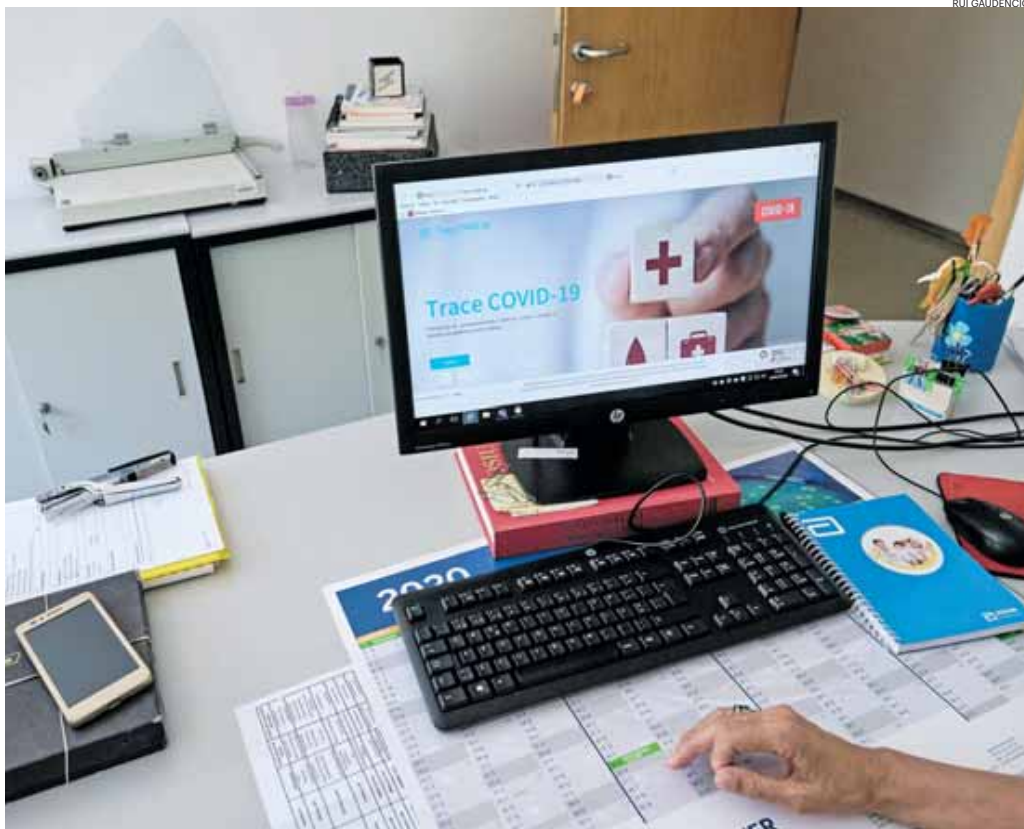
A governante foi a responsável pela elaboração do despacho que terá sido publicado em *Diário da República* ainda ontem e que densifica e especifica as condições em que é feito este recrutamento de funcionários públicos, entre aqueles que estão em casa por integrarem grupos de risco face à covid-19. O diploma foi co-assinado pela ministra da Saúde, Marta Temido, pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e pelo ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.

Alexandra Leitão explicou ao PÚBLICO que o primeiro passo para a selecção foi elaborar “o levantamento numérico dos funcionários públicos mobilizáveis”. Seguiu-se “o levantamento nominal”, sendo que, nesta “lista nominal, os funcionários públicos estão identificados com a formação específica, para ser identificável o grau de proximidade com o tema”.

No total, foram sinalizados “mais de 800, dos quais 300 são agentes da Protecção Civil”, pormenoriza a ministra da Modernização do Estado da Administração Pública que sublinha: “Os outros mais de 500 são, sobretudo, técnicos superiores de outros serviços do Estado.”

A fase seguinte foi a da elaboração de um ficheiro electrónico com os trezentos agentes da Protecção Civil, para ser enviado ao Ministério da Saúde e aos cinco coordenadores regionais da gestão da pandemia, as autoridades que vão gerir a mobilização dos funcionários públicos destacados para reforçar a realização de inquéritos epidemiológicos.

Estes destacados receberão formação específica para a tarefa a desempenhar que será ministrada pelo Ministério da Saúde e, “depois da



Funcionários públicos de grupos de risco vão contactar as pessoas infectadas por email e telefone

Duarte Costa sucede a Mourato Nunes

O comandante operacional nacional da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC), Duarte da Costa, 59 anos, vai substituir na presidência deste organismo o tenente-general Manuel Mourato Nunes (na foto), que esteve à frente da ANEPC desde 9 de Novembro de 2017 e termina agora a comissão de serviço de três anos naquele cargo. O facto de ter 74 anos impossibilita a renovação da sua nomeação pelo ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita. Em comunicado, Cabrita enalteceu o “trabalho e dedicação” de Mourato Nunes. Nos três anos em que esteve à frente da Protecção Civil, este não escapou a alguns escândalos: um deles foi o caso das golas inflamáveis, pelo qual foi constituído arguido.



formação, receberão os formulários e guias de elaboração dos inquéritos epidemiológicos”, devendo “entrar em acção antes do fim do mês, seguramente”, explica Alexandra Leitão, que frisa que as suas funções “terão sempre um coordenador da área da saúde, a quem reportam”.

Dever de sigilo

Contudo, a ministra da Modernização do Estado da Administração Pública salienta que este “será o segundo grupo de reforço” da elaboração dos inquéritos epidemiológicos, uma vez que o Ministério da Saúde “está já a mobilizar e a dar formação específica a profissionais da área da saúde como médicos reformados”. E sublinha que, “depois destes 300, ainda há possibilidade de recurso a mais de 500 funcionários públicos” que estão em casa por serem portadores de doenças de risco para a covid-19.

Explicando ao PÚBLICO os conteúdos do despacho que concretiza a mobilização dos funcionários públicos, no âmbito do decreto do estado de emergência, Alexandra Leitão salienta que “os funcioná-

rios públicos já têm dever de sigilo”, decorrente de outros deveres funcionais e de outras normas e regulamentos aplicáveis. Mas como tal dever não está expressamente previsto em diploma, passa a estar regulamentado, neste despacho, que os funcionários agora mobilizados “ficam sujeitos ao mesmo dever de sigilo do pessoal médico”.

Por outro lado, Alexandra Leitão destaca que estes funcionários “continuarão em casa” ou em local adequado ao facto de serem um grupo de risco e funcionarão remotamente, “em teletrabalho”, contactando os doentes através de email e telefone, pelo que “não serão prejudicados na sua situação de saúde”. A ministra da Modernização do Estado da Administração Pública frisa ainda que os funcionários públicos mobilizados para esta tarefa “não perdem os direitos laborais que tinham”, além de que “esta função conta para os efeitos legais de carreira como trabalho efectivo e remunerado, mesmo sendo feita em casa”. Por último, a ministra explica que, para os funcionários públicos que são “imunodeprimidos e que só têm 30 dias para estar em casa”, com o destacamento no âmbito deste despacho, “a contagem desse período fica suspensa”.



Portugal assume papel de “bom aluno” na resposta orçamental à crise

Sérgio Anibal
e Rita Siza, Bruxelas

Preocupação com o futuro das finanças públicas aplaudida por Bruxelas, mas os partidos à esquerda no Parlamento criticam

Com uma resposta orçamental à crise baseada essencialmente em medidas de carácter temporário, o Governo português parece estar, principalmente no Orçamento do Estado para 2021 (OE2021), decidido a seguir as recomendações de entidades como a Comissão Europeia e o Banco de Portugal, que pedem que os apoios à economia sejam dados com a preocupação de não deixar a dívida pública derrapar ainda mais no futuro próximo. O risco desta estratégia prudente é que a retoma da economia seja mais lenta e fique demasiado dependente dos fundos europeus.

Na análise às economias dos Estados-membros da UE que ontem publicou no âmbito do pacote de Outono do Semestre Europeu, a Comissão Europeia reafirmou o apelo que tem vindo a fazer a todos os governos: é preciso “reconciliar a necessidade de apoio à economia com um despesa e uma sustentabilidade orçamentais prudentes no médio prazo”, pelo que “as medidas de apoio devem ser temporárias e não comprometer a política orçamental no período pós-crise”.

É uma mensagem semelhante à transmitida esta semana por Mário Centeno, que, numa conferência do Banco de Portugal, disse que as medidas anticrise devem ter um “carácter temporário” e actuar essencialmente “nas margens”, uma vez que o elevado nível de dívida não permite uma intervenção “maciça”.

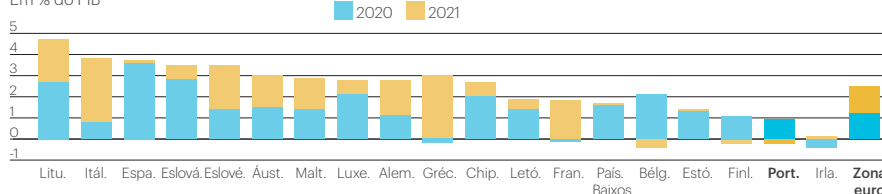
Aparentemente, olhando para os números apresentados no relatório de análise às propostas de Orçamento dos diversos Estados-membros, o Governo parece decidido a cumprir estes conselhos. A Comissão Europeia considera Portugal como um dos três países da zona euro em que o impulso orçamental (o apoio dado à economia pelo Estado) previsto para 2021 é, retirando da análise as medidas de emergência, negativo. Os outros dois países são a Bélgica e a Finlândia. E, quando se soma também o impulso dado em 2020, Portugal fica com o segundo valor mais baixo, apenas acima da Irlanda.

As medidas de emergência que não são aqui contabilizadas são aquelas que foram tomadas para combater

A resposta orçamental à crise na zona euro

Impulso orçamental, excluindo medidas de emergência

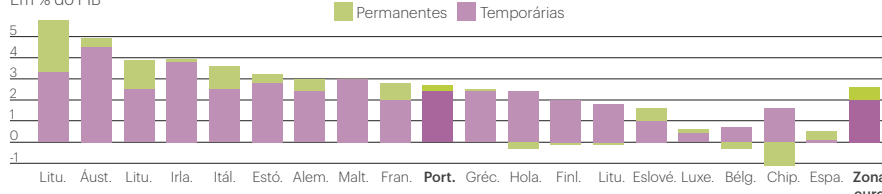
Em % do PIB



Medidas de emergência são aquelas que foram tomadas para enfrentar a situação sanitária e as destinadas a compensar as perdas de rendimento dos trabalhadores e das empresas

Medidas adoptadas em 2021

Em % do PIB



Medidas temporárias são aquelas que expiram até ao início de 2022

Fonte: Comissão Europeia

PÚBLICO

directamente à pandemia (por exemplo, a compra de equipamentos de saúde) e as que têm como objectivo compensar os rendimentos que estão a ser perdidos pelos trabalhadores e as empresas (como, por exemplo, o *layoff* simplificado). São medidas de carácter temporário aquelas que a Comissão Europeia defende que devem ser as mais utilizadas, principalmente por países que chegaram à crise com um nível de endividamento público já elevado.

No caso de Portugal, também de acordo com as contas da Comissão Europeia, as medidas temporárias representam quase 90% de todas as medidas anticrise que o Governo pretende adoptar em 2021. No total da zona euro, esse número fica mais próximo de 75%.

Investimento baixo

Se para o estado das finanças públicas pode ser mais prudente, apostar essencialmente em medidas de emergência e temporárias aumenta o risco, reconhece a própria Comissão Europeia, de não dar à economia uma ajuda mais forte para esta entrar fase de recuperação.

Nas conclusões de mais uma missão de monitorização pós-programa de assistência financeira, Bruxelas aponta, aliás, o baixo nível de investimento do país como um possível entrave à recuperação da crise. Este é um problema que Portugal, como outros países mais preocupados com a sustentabilidade da sua dívida pública, pode enfrentar.



Valdis Dombrovskis liderou a conferência de imprensa de ontem

3

Bruxelas considera Portugal um dos três países da zona euro em que o impulso orçamental (o apoio dado à economia pelo Estado) para 2021 é negativo

90%

Medidas temporárias representam quase 90% de todas as medidas anticrise que o Governo pretende adoptar em 2021, segundo a Comissão

Nestes casos, a solução apresentada está na utilização do fundo de recuperação europeu, que não agrava o nível da dívida. E Portugal parece claramente ser um dos países mais dependentes deste instrumento para fortalecer a retoma da sua economia. Na discussão do OE 2021 que decorre neste momento no Parlamento, os partidos à esquerda do Governo têm vindo a acusar o executivo de estar demasiado preocupado com a saúde das finanças públicas e de não estar a fazer o suficiente para apoiar a economia. Em resposta às recomendações feitas por Mário Centeno, Mariana Mortágua, deputada do Bloco de Esquerda, defendeu que “é um erro deixar o Banco de Portugal governar no Terreiro do Paço”.

Na apresentação do pacote de Outono do Semestre Europeu, a Comissão anunciou, sem surpresa, Portugal como um dos 12 países da União Europeia onde se verificam “desequilíbrios excessivos”. Era o que já acontecia antes da crise. Por causa disso, vai ser objecto de uma avaliação aprofundada por parte dos serviços da Comissão, para “identificar e aferir” a severidade do impacto das medidas lançadas em resposta à situação de pandemia nas contas públicas.

O peso da dívida

Bruxelas assinalou que em todos os países da UE se verificou uma subida da dívida pública, justificada com a urgência do combate à covid-19, mas também explicada pelo efeito da queda do PIB. Isso quer dizer que este aumento poderá ser parcialmente corrigido no próximo ano, se as previsões de crescimento económico se concretizarem.

Mas a Comissão não exclui que os países que antes da crise já apresentavam níveis preocupantes de endividamento, como Portugal, tenham de fazer um novo esforço de ajustamento para estabilizar os seus exercícios orçamentais a médio prazo.

“Tendo em conta o nível da dívida pública, e os importantes desafios de sustentabilidade a médio prazo já antes do surto da pandemia de covid-19, é importante garantir que as medidas orçamentais de apoio adoptadas preservem a sustentabilidade orçamental a médio prazo”, recomenda a Comissão, no seu parecer sobre o projecto de plano orçamental para 2021 enviado por Lisboa.

Um aviso que não seguiu só para Portugal: países como a Espanha, França e Itália devem ser especialmente cautelosos na sua política, para não comprometer os termos do seu financiamento e a sua capacidade de serviço da dívida, diz a Comissão.

De resto, Paris e Roma (e ainda Bratislava e Vilnius) receberam um aviso adicional, uma vez que os seus planos orçamentais incluem várias medidas que “não parecem ser temporárias ou estar acompanhadas de medidas de compensação” e podem ter um reflexo negativo em termos macroeconómicos.

Só que, ao mesmo tempo que alerta para a necessidade de garantir a sustentabilidade das contas públicas, a Comissão observa que as circunstâncias actuais ainda obrigam os países a operar num quadro de emergência e que não estão reunidas as condições para retirar as medidas extraordinárias ou voltar a aplicar as regras de disciplina orçamental do PEC.



Política Socialistas não excluem a formação de “maiorias negativas”

PS quer saber quanto custam propostas do PSD para o OE2021

O debate do Orçamento do Estado para 2021 entra amanhã numa nova fase, quando os deputados começarem a discutir e votar a proposta artigo a artigo

Marta Moitinho Oliveira

O PS quer saber o impacto orçamental de três propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE) para 2021 que o PSD entregou e teme que se possam formar “maiorias negativas” nas votações na especialidade, que comecem amanhã.

“O PS pediu à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) que calcule o impacto orçamental de três medidas do PSD”, confirmou ao PÚBLICO o coordenador socialista na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, João Paulo Correia. Em causa estão as propostas sobre a suspensão do regime de pagamento por conta das empresas durante a pandemia e sobre a redução dos preços das portagens no interior e no Algarve e nas concessões da Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral.

“Estas são as propostas que mais se destacam pelo impacto orçamental”, explicou o parlamentar, recordando que o PSD justificou o voto contra o OE2021 na generalidade, dizendo que o Orçamento “distribui o que não tem e dá tudo a todos”. O PSD disse que o OE tem “despesa a mais e que sobreavalia a receita. Quem identificou esta como a maior razão para votar contra o OE não deveria apresentar estas propostas”, atira João Paulo Correia. O secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, admitiu ontem em Belém, à saída de uma audiência com o Presidente da República, que o total das propostas do PSD custe cerca de 760 milhões de euros.

Antes, João Paulo Correia, questionado se temia “coligações negativas” entre os partidos da oposição em torno daquelas três medidas medidas, disse não excluir esse cenário. “É um perigo que não está afastado. Outros partidos têm propostas nas mesmas áreas, no mesmo sentido”, afirmou,

sem revelar as propostas do PS.

Os socialistas esperam ter resposta da UTAO com valores concretos ainda hoje, véspera do início do debate do OE na especialidade – altura em que os cálculos dos técnicos são úteis para que o debate parlamentar não seja “com os números do PS ou do PSD”, mas sim de uma entidade externa.

No entanto, ao PÚBLICO, o coordenador da UTAO adianta que “esta semana não haverá respostas” ainda aos pedidos de avaliação do impacto económico e orçamental das seis propostas de alteração ao OE submetidas ao teste orçamental dos técnicos da Assembleia. “Os pedidos chegaram na segunda-feira à noite e ainda é preciso esperar por dados que tivemos de pedir a outras entidades de fora”, diz Rui Baleiras.

Além do PS, também o PSD usou este expediente recente, criado pela nova Lei de Enquadramento Orçamental, de pedir à UTAO que calcule o impacto orçamental das propostas de alteração. Afonso Oliveira, o coordenador social-democrata na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, quer conhecer o impacto de duas propostas do PCP – sobre o IVA nas bebidas na restauração e o alargamento do subsídio de risco pago aos profissionais na linha da frente no combate à covid 19 – e uma do BE – sobre a dedicação plena dos médicos no SNS, e não revela como o PSD as vai votar. Quanto ao impacto das medidas do PSD, Afonso Oliveira afirma que a redução das portagens para o interior não tem impacto orçamental da forma como o PS a sugere. “O Governo fará na renegociação a melhor solução para acomodar os montantes”, diz o parlamentar, lembrando que, perante uma pandemia, o executivo também conseguiu agilizar um adiamento no pagamento das rendas das casas.



João Paulo Correia, do PS, acusa PSD de propor o aumento da despesa, que antes considerou excessiva

As propostas a que a UTAO vai fazer contas

Portagens no interior e Algarve

O PSD propõe a redução das taxas de portagem, em 50% e 75%, conforme os casos na A22, A23, A24 e A25, no segundo semestre.

Outras portagens

Os social-democratas querem ainda uma redução de 50% ou 75% nas portagens na Costa de Prata, Grande Porto e no Norte Litoral.

Pagamento por conta

Enquanto vigorarem medidas restritivas da actividade económica, o PSD quer que as empresas não entreguem ao Estado pagamentos por conta de lucros futuros.

IVA nas bebidas

O PCP defende a descida do IVA nas bebidas na restauração de 23% para 13%, como aconteceu com os restantes produtos

vendidos na restauração.

Subsídio de risco

Os comunistas querem o pagamento de um subsídio extra em 2021 a todos os trabalhadores dos serviços essenciais por risco de contágio.

Exclusividade dos médicos

O BE defende a majoração do salário dos médicos em dedicação plena no SNS.

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 19 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.166 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Público

Toy Story, 25 anos
O filme que mudou o cinema de animação
Cultura, 30/31

Bem-estar
Potenciadas pela pandemia, as consultas de psicologia online estão a aumentar
Ímpar, 32

Estudo
Gastam-se 146 milhões de euros por ano com a doença inflamatória intestinal
Ciência, 29

Farmácias fazem testes rápidos para detectar covid-19 à margem das regras

Há farmácias que estão a realizar testes rápidos de antígeno sem cumprirem os requisitos técnicos definidos

quer pela Direcção-Geral da Saúde, quer pelo Infarmed, quer pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge. O Governo

vai, entretanto, mobilizar 300 agentes da Protecção Civil para os inquéritos epidemiológicos. Planalto com

sete mil casos diários seria "completamente inaceitável", diz em entrevista ao PÚBLICO o epidemiologista

Manuel Carmo Gomes, que considera não ser prioritária a vacinação das crianças Destaque, 2 a 7

IRS
Isenção pode chegar a mais 20 mil pessoas com baixos salários
Economia, 24

Orçamento PS quer saber quanto custam as propostas do PSD

Socialistas pediram à Unidade Técnica de Apoio Orçamental que calcule o impacto de três propostas dos social-democratas Política, 12

Ensino superior Nova reduziu salário dos professores convidados

Os docentes convidados do curso de Medicina da Universidade Nova passaram a ganhar menos pelo mesmo número de horas Sociedade, 16

Moçambique Jihadistas estão a preparar ataque em Cabo Delgado

Habitantes de Mueda, no interior de Cabo Delgado, começaram a deixar a região, perante a iminência de um ataque jihadista Mundo, 20/21

Profissionais do SNS estão impedidos de se despedirem durante o estado de emergência

Medida abrange profissionais considerados essenciais nas unidades Sociedade, 15

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES
Super Jackpot!

JOGOS SANTACASA
#Ganhamostodos

COPIAR O CÓDIGO DE ACESSO NA APLICACÃO JOGOS SANTACASA PT

ISSN 0872-1548



Novas medidas

Novo estado de emergência: o que já se sabe

Maria Lopes e Sónia Sapage

O Presidente da República chamou os partidos a Belém para conversar sobre estado de emergência e Orçamento do Estado para 2021. Nas declarações após os encontros, os partidos revelaram algumas das medidas que o Governo tem em cima da mesa num novo estado de excepção, que se iniciará a 24 de Novembro.

Novo estado de emergência

Uma coisa parece certa: o Presidente vai prolongar o estado de emergência por mais 15 dias. A Assembleia está, inclusivamente, pronta para debater e votar o novo decreto presidencial amanhã às 9h, antes de se iniciar a discussão sobre o Orçamento na especialidade. À saída do encontro com Marcelo, João Cotrim de Figueiredo anunciou que o “Presidente está com vontade” de renovar o estado de emergência. Há 15 dias, Marcelo assumiu que o actual estado de emergência seria “mais *soft*”, “muito diferente do anterior”, “mais limitado” e de “efeitos preventivos”, mas também mais prolongado.

Natal só no início de Dezembro

A análise das estatísticas do mês de Novembro será fundamental para a decisão sobre como os portugueses poderão passar o Natal. O Governo prevê anunciar as restrições para o período natalício na primeira semana de Dezembro, entre os dias 2 e 4, numa altura em que o país ainda estará a viver o segundo estado de emergência (que deve terminar no dia 8).

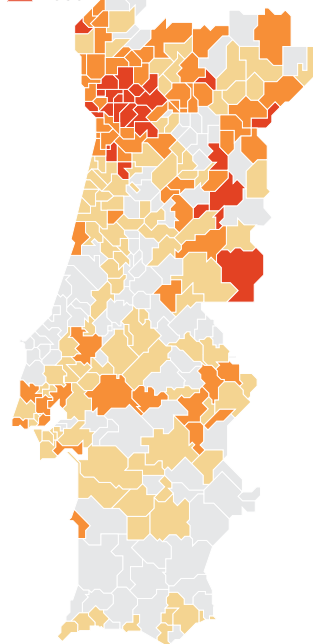
Universidades e centros comerciais

Até haver decisões sobre o período natalício, o executivo pondera novas restrições, nomeadamente o fecho das universidades e politécnicos com pólos nos concelhos com mais infecções assim como o encerramento de grandes superfícies comerciais, onde estão incluídos os centros comerciais e hipermercados. Nas escolas básicas e secundárias, o ensino presencial continuará a ser preferencial. Isto, contou Marcelo ao Partido Ecologista Os Verdes, são algumas medidas que estão em cima da mesa, além da criação de uma escala por níveis de gravidade consoante o número de novos casos de infecção nos últimos 14 dias por 100 mil habitantes.

Os três níveis de covid-19 no país

Casos confirmados por 100.000 habitantes (incidência cumulativa de 28 de Outubro a 10 de Novembro)

Concelhos sem restrições
240 a 479
480 a 960
< 960



Os 28 concelhos mais graves estão no Norte

Situam-se no Norte os 28 concelhos que têm mais de 960 casos de covid-19 por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias, de acordo com os últimos dados sobre o país divulgados pela Direcção-Geral da Saúde. A ministra da Saúde, Marta Temido, confirmou ontem, em conferência de imprensa, que os três patamares de covid (de 240 a 479 casos; de 480 a 959 e mais de 960 casos) em que, segundo revelou o partido Os Verdes depois de uma audiência com o Presidente, o país pode vir a ser dividido a partir de dia 24 “são os que são seguidos internacionalmente”. A ministra, porém, não se alongou no tema. Segundo o primeiro-ministro, o país vai ser dividido em vários patamares de taxa de incidência de covid-19 a partir de segunda-feira.

Concelhos divididos

O Governo está a estudar uma solução que passa pela diferenciação de medidas ao nível concelhio – as restrições serão mais apertadas quanto maior for a incidência da pandemia.

Concelhos até 240 novos casos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias: sem restrições especiais de horários ou de mobilidade, apesar de estarem sob a égide do estado de emergência que se aplica a todo o território nacional, com medidas como o controlo de temperatura corporal, possibilidade de realização de testes de diagnóstico de SARS-Cov-2 a quem vai, por exemplo, ao centro de saúde, aos estudantes e trabalhadores do ensino, aos visitantes de lares de idosos.

Entre 240 e 480 novos casos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias: ocupam o nível mais baixo das restrições, mantendo o recolher obrigatório entre as 23h e as 5h nos sete dias da semana e poderão ver encerradas as universidades e politécnicos.

Entre 480 e 960 novos casos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias: neste nível intermédio, além do recolher obrigatório entre as 23h e as 5h e do encerramento dos estabelecimentos de ensino superior, poderão ser também obrigadas a encerrar, em determinados períodos, as maiores superfícies comerciais, nomeadamente hipermercados e centros comerciais.

Mais de 960 infecções novos casos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias: a todas as restrições dos escalões anteriores, soma-se o recolher obrigatório aos sábados e domingos entre as 13h e as 5h.

Congresso do PCP

Se a escala de restrições por concelhos que o Governo estará a planear for implementada logo no início do novo estado de emergência, no dia 24, o congresso do PCP, agendado para o fim-de-semana seguinte em Loures, poderá realizar-se dentro dos horários normais, ou seja, na sexta-feira e sábado até às 23h e até ao início da tarde de domingo.

Tendo em conta os dados tratados pelo PÚBLICO com base na informação estatística da DGS, a incidência cumulativa a 14 dias entre 28 de Outubro e 10 de Novembro para o concelho de Loures colocava o concelho numa média de 513 casos por 100 mil habitantes.



Governo e BE marcam reunião sobre o OE: “sem propostas” e “sem expectativas”

Liliana Borges e São José Almeida

Executivo volta a ouvir os partidos que viabilizaram o Orçamento na generalidade, sem fechar a porta ao Bloco

Governo e Bloco de Esquerda querem mostrar disponibilidade para novas conversações sobre o Orçamento do Estado (OE) para 2021, mas não muito mais. Hoje há uma reunião entre o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, e a direcção do BE, mas as duas partes já trataram de refrear expectativas.

“Teremos uma reunião de trabalho

com o Bloco de Esquerda antes de começar o processo de discussão do Orçamento do Estado para 2021 na especialidade. Da parte do Governo não há qualquer expectativa em especial em relação aos resultados dessa reunião”, disse à Lusa fonte do executivo. O encontro insere-se na ronda final de reuniões, antes das votações na especialidade do OE2021 que decorrem amanhã, entre o Governo e os partidos que foram parceiros de aliança parlamentar na legislatura passada, acrescidos do PAN.

Depois de o BE ter votado contra na generalidade do OE2021 e de ter apresentado apenas 12 propostas de alteração (no OE2020 foram mais de



Mariana Mortágua diz que o BE já cedeu em tudo o que podia ceder para chegar às 12 medidas

200), bloquistas e Governo têm mantido um clima de gelo nesta fase de negociação, como o PÚBLICO noticiou.

O anúncio da reunião foi feito ontem pelo secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, no final da audiência com o Presidente da República. O socialista declarou aos jornalistas que, “por iniciativa do Gover-

no”, irá realizar-se um “novo diálogo e conversações com os partidos” e fez questão de sublinhar que a ronda de encontros incluirá o BE, que ao contrário da restante esquerda votou contra a proposta do Governo.

Ao PÚBLICO, um responsável do BE confirmou que não houve progressos nas negociações. E detalhou que a reunião foi pedida pelo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e será “apenas para consulta sobre o posicionamento do BE em diversas votações na especialidade”. O Bloco afirma que não conta com novidades: “O Governo não tem novas propostas ou respostas a apresentar”, resume o mesmo responsável.

Na última semana, o BE apresentou um pacote de 12 medidas essenciais que exige ver incluídas na proposta orçamental e avisou que só com a acomodação destas propostas é que admite rever o seu voto contra (na fase de generalidade) e garantir a viabilização do Orçamento do Estado (na votação global).

Questionada sobre a abertura do BE para viabilizar um OE que contemplasse apenas algumas das 12 propostas de alteração entregues por este partido, Mariana Mortágua sublinhou que a dúzia de medidas seleccionadas “não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada”. **com Leonete Botelho**



A JOGADA DO HIDROGÉNIO

Documentos a que a VISÃO teve acesso mostram como o Governo se apropriou do projeto de um holandês sobre o hidrogénio verde e o concretizou com a EDP, a Galp e a REN. O pai da ideia acabou afastado do negócio de milhares de milhões

 SILVIA CANECO





N

No verão de 2019, um empresário holandês começou um périplo para vender ao Governo português uma parceria estratégica com os Países Baixos, através de um plano de produção e exportação de hidrogénio verde a partir de Sines. Tendo percebido a oportunidade de negócio, o holandês munuiu-se de apresentações do projeto e desdobrou-se em contactos. A porta de entrada para o Governo fez-se através do gabinete de João Galamba, com quem se reuniu pela primeira vez a 2 de julho desse ano. Exatamente um mês depois, a Secretaria de Estado da Energia reunia-se pela primeira vez com a Embaixada da Holanda para debater a ideia de produzir hidrogénio limpo em Portugal e exportá-lo para o Norte da Europa. Durante praticamente um ano, este holandês chamado Marc Rechter, presidente executivo da Enercontim e do Resilient Group, esteve na dianteira deste plano de transformar Portugal numa indústria de hidrogénio verde e acompanhou o Governo português em reuniões com representantes do Governo holandês. Mas, no final, acabou excluído da primeira fase do concurso. Dos 74 projetos que manifestaram interesse em investir no plano do hidrogénio, o de Rechter foi um dos rejeitados. Ironicamente, o homem que tinha apresentado a ideia não podia candidatar o seu projeto aos fundos comunitários do IPCEI (Projeto Importante de Interesse Europeu Comum).

Uma parte desta história está contada nas escutas telefónicas que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) montou nas suas instalações para investigar suspeitas de favorecimento a empresas como a EDP, a Galp e a REN. A outra parte conta-se através de datas e de atas de reuniões, emails, memorandos e outros documentos aos quais a VISÃO teve acesso – e que indiciam que as grandes empresas nacionais chegaram às reuniões com o Governo convidadas pelo Ministério do Ambiente ou pelo Ministério da Economia.

A 10 de dezembro de 2019, Rechter, em representação do Resilient Group, reuniu-se com representantes do Ministério da Economia e da Secretaria de Estado da Energia para abor-

João Galamba
O secretário de Estado Adjunto e da Energia tem dito que quer fazer de Sines "o maior projeto industrial em Portugal desde o 25 de Abril". Nega favorecimentos às grandes empresas

9 000 MILHÕES

O Projeto Nacional do Hidrogénio Verde prevê um investimento de sete a nove mil milhões de euros. Uma parte, entre 400 e 450 milhões de euros, será financiada por fundos europeus, que devem chegar até 2030. O Governo prevê um valor acrescentado de 92 a 740 milhões de euros por ano.

dar a iniciativa a que deram o nome H2Scale. Depois, a 9 de janeiro de 2020, o CEO do Resilient Group reuniu-se pela primeira vez com membros do Governo e com a EDP, a Galp, a REN e a Vestas (maior produtora mundial de turbinas de energia eólica). O encontro decorreu na Rua d'O Século, em Lisboa, na presença do secretário de Estado da Energia, João Galamba, e de um assessor do ministro da Economia. Só que entre uma reunião e outra, a 20 de dezembro de 2019, a EDP, a Galp e a REN estiveram reunidas com João Galamba, com o ministro da Economia, Siza Vieira, e com o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes. Apesar de o tema ser o mesmo – Reunião Projeto Hidrogénio –, o Resilient Group não consta dos presentes nessa segunda reunião. A VISÃO quis esclarecer se o empresário não pôde estar presente naquele dia. Rechter garante não ter sido convidado e que nem sequer estava a par daquele encontro.

As datas das reuniões são importantes porque no esclarecimento do gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Energia, a 7 de novembro passado, na sequência da notícia de que corria um processo-crime contra membros do Governo por causa do projeto nacional do hidrogénio verde, o gabinete de João Galamba negou qualquer favorecimento às grandes empresas privadas. E alegou que "o projeto inicialmente apresentado pelo Resilient Group" já tinha esta "modelação e estes intervenientes" e já envolvia "EDP, Galp e REN".

Só que as datas das reuniões não mostram isso. E também não é isso que mostra a ata do encontro de 9 de janeiro, a que a VISÃO ace-





LUÍS BARRA

deu. Nesse dia, os representantes das grandes empresas não disseram que estas já estavam dentro do projeto, apenas que poderiam estar interessadas. A Galp, por exemplo, solicitou à empresa de Marc Rechter “mais informação sobre volumes, preço e condições de comercialização do hidrogénio”. E, no final, ficou expresso em ata que só numa “nova reunião dos participantes” seria definida “a estrutura de governança” de um possível consórcio. Nesta altura, estava apenas a ser debatido que empresas queriam investir e de que forma. A ata oficial do Governo mostra que Galamba terá dito aos presentes que o Estado podia prestar-lhes os apoios necessários “a uma candidatura a fundos disponíveis para a inovação e indústria na obtenção ao estatuto de IPCEI”, mas não se falava ainda dos montantes envolvidos.

CONVITES DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Depois deste encontro, existiram mais três reuniões do Governo com aquele agrupamento de empresas, a 11 de fevereiro, a 6 de março e a 15 de maio. O Ministério do Ambiente e da Ação Climática não quis fornecer as atas desses encontros de dezembro a maio, nem esclarecer quem tinha feito os convites às empresas nem responder a nenhuma das 12 perguntas feitas. “Nada mais temos a acrescentar ao esclarecimento que divulgámos”, disse o gabinete de Matos Fernandes.

Já a Galp admitiu à VISÃO que, “à semelhança de outras empresas nacionais e internacionais”, foi, sim, “contactada pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática em dezembro de 2019, para avaliar do seu interesse em analisar



Matos Fernandes

Foi o ministro do Ambiente e da Ação Climática quem assinou a 23 de setembro um acordo estratégico com os Países Baixos para produção e exportação de hidrogénio verde. A aliança selou-se depois de vários encontros entre representantes dos governos português e holandês, entre 2019 e 2020. Era necessária uma aliança de dois países para que pudessem formalizar uma candidatura a fundos europeus através do Projeto Importante de Interesse Europeu Comum (IPCEI). Em dezembro de 2019, quando o Governo estava à procura de empresas privadas para investirem no hidrogénio, Matos Fernandes esteve num encontro com a EDP, a GALP e a REN, juntamente com Siza Vieira e João Galamba. A Galp confirma que o convite para essa reunião foi endereçado pelo Ministério do Ambiente.



o potencial do hidrogénio verde para o País”. Precisamente no mês em que ocorreu, no dia 20, a reunião naquele ministério entre três governantes e representantes da Galp, da EDP e da REN, mas sem a presença de qualquer elemento do Resilient Group. A Galp admite ter tido contactos com a empresa de Marc Rechter durante o ano de 2019, mas “em relação a outros projetos de hidrogénio”, que nunca avançaram.

Confrontadas com as mesmas questões, a REN disse não ter “qualquer comentário a fazer” e a EDP não quis esclarecer os contactos institucionais, dizendo que estes já tinham sido “devidamente confirmados e esclarecidos” na nota oficial do Governo. A empresa de energia alega que começou a avaliar a viabilidade de desenvolver uma oferta na área do hidrogénio “há dois anos”, quando iniciou “projetos pioneiros e de investigação com parceiros estratégicos nacionais e internacionais”. Também a Galp adianta que começou em 2017 uma “avaliação do potencial do hidrogénio enquanto energia alternativa para a transição energética”.

Ao que a VISÃO apurou, os convites para a reunião de 9 de janeiro foram feitos pelo Ministério do Ambiente, mas a ata foi distribuída via Ministério da Economia. Do lado da EDP, estiveram presentes João Manso Neto, André Pina e Carlos Mata. A Galp fez-se representar por Rui Oliveira Neves, Pedro Dias e Jorge Miguel Fernandes. Já a REN esteve representada por João Conceição, Pedro Furtado e Rodrigo Costa. Os dois primeiros – Conceição e Furtado – são arguidos no processo que investiga as chamadas rendas excessivas da EDP (CMEC), o mesmo que levou em julho ao afastamento de funções de António Mexia e de João Manso Neto, também arguidos nesse inquérito.

Já do lado da Martifer não esteve ninguém. Isto apesar de a empresa ter integrado o consórcio com a EDP, a Galp, a REN e a Vestas, em julho de 2020. Carlos Martins, atual chairman da empresa, diz à VISÃO que a Martifer só entrou na história em março deste ano. Convidada por quem? Fazendo-se convidada: “Contactou a Galp, a EDP e a REN mostrando interesse em integrar o consórcio, uma vez que dispunha de competência industrial para produzir alguns dos equipamentos necessários.”

João Galamba nunca escondeu que queria fazer do hidrogénio verde uma das grandes bandeiras deste Governo. Em entrevistas, aliás, referiu-se ao projeto de Sines como “o maior projeto industrial em Portugal desde o 25 de Abril”. Mas será preciso um investimento de sete mil a nove mil milhões de euros e só uma parte será financiada por fundos europeus. Neste contexto, como o seu gabinete viria a esclarecer a 7 de novembro, a EDP, a Galp e a REN “desempenhavam um papel crucial”: a REN como operadora da rede de gás, a Galp como potencial grande consumidora na refinaria de Sines e a EDP porque o projeto iria desenvol-



D.R.

MARC RECHTER

Durante meses, este homem foi a cara de um projeto que queria implementar, em Sines, uma indústria de produção e exportação de hidrogénio verde. O empresário holandês com residência em Portugal tinha encontrado uma oportunidade de negócio e apresentou-a a João Galamba, no verão de 2019. Os Países Baixos queriam substituir o hidrogénio cinzento usado na sua indústria e, como Portugal tinha baixos custos de produção de energia solar, os dois países ganhavam em concorrer juntos a um programa de fundos europeus. A sinergia entre os dois países foi formalizada, mas o pai da ideia, que também queria investir, foi afastado.

ver-se na Central Termoeletrica de Sines, que iria em breve ser desativada.

As três empresas chegaram unidas à fase de apresentação das manifestações de interesse, no verão de 2020, embora o consórcio se tenha rachado pouco antes disso. Marc Rechter abandonou o projeto e candidatou-se com outras três empresas, todas elas internacionais, num consórcio a que daria o nome Green Flamingo – o tal que teria um parecer desfavorável do Comité de Admissão de Projetos, composto por vários elementos do Governo, da Economia ao Ambiente, passando pela Tecnologia e pelos Negócios Estrangeiros. Rechter não quis explicar o que levou à rutura com as empresas nacionais mas, ao que a VISÃO averiguou, as divergências acentuaram-se quando começou a ser desenhado o memorando de entendimento do consórcio. O holandês não terá gostado que o documento ignorasse que tinha sido o principal promotor do projeto, como se a iniciativa tivesse partido do Governo.

Tentou por outras vias, com um novo consórcio, mas não teve êxito. Numa sexta-feira, 24 de julho, foi convidado a participar num infoday sobre o hidrogénio, na Secretaria de Estado da Energia. No sábado, 25, recebeu “uma notificação de suspensão” e, na segunda, 27, recebeu um “parecer desfavorável” à proposta que apresentara. “Reagimos com surpresa. Não por termos sido o promotor do projeto mas porque consideramos que a candidatura reunia as condições técnicas, económicas e financeiras.” A 17 de agosto, era assinado em Lisboa e em Haya um memorando de entendimento entre Portu-



D.R.

João Conceição

O administrador da REN foi uma das pessoas que discutiram com o Governo um possível investimento da empresa no projeto do hidrogénio verde. É arguido no processo da EDP e ex-assessor de Manuel Pinho

37

Em julho deste ano, o Governo recebeu 74 manifestações de interesse de empresas portuguesas e europeias que queriam investir no hidrogénio, mas só 37 passaram à fase seguinte. Uma delas é a do consórcio entre a EDP, a Galp, a REN e a Martifer.

gal e a Holanda. Estava concretizada a parceria estratégica que o holandês tentara vender mais de um ano antes.

Tudo isto foi sendo acompanhado por dois procuradores do DCIAP à medida que ia acontecendo. É naquele departamento do Ministério Público que têm estado concentradas todas as diligências do processo divulgado pela Sábado, incluindo as escutas telefónicas. Ao contrário do que foi avançado, a Polícia Judiciária não está a coinvestigar este processo. E o telefone de Siza Vieira nunca esteve sob escuta – o ministro da Economia foi, sim, apanhado em conversas telefónicas com João Galamba, que era um dos alvos dessas escutas. O mesmo aconteceu com outros governantes que falavam com o secretário de Estado da Energia ao telefone.

Neste caso, ao contrário do que é habitual, as diligências instrutórias do inquérito também não passaram pelos famosos juizes do Tribunal Central de Instrução Criminal, mas pelos juizes de instrução criminal. Manobras que visavam esconder a existência da investigação, que estava ainda numa fase muito embrionária. Operações de busca ou a audição de testemunhas levariam inevitavelmente a que alguns dos alvos percebessem que estavam a ser investigados. E, por mais promissoras que algumas escutas parecessem, os procuradores precisavam de esperar pelo “flagrante”. Isto é, que efetivamente algum projeto ou financiamento fosse adjudicado à EDP, à Galp ou à REN, para que as suspeitas de favorecimento – e eventuais crimes associados – se consumassem. Nada disso tinha ainda acontecido. scaneco@visao.pt

POLÉMICA DIRETIVA ABRE PORTA À POLITIZAÇÃO

PROCURADORA-GERAL DEBAIXO DE FOGO



CRÍTICAS ◊ Lucília Gago quer que procuradores revelem se políticos são investigados e quais as diligências que estão previstas SECRETOS ◊ Ordens ficam em processos autónomos

CASO TANCOS PRECIPITA CRISE NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradora
alvo de fortes
críticas

TÂNIA LARANJO

A polémica à volta do pedido dos procuradores para ouvirem, na fase de inquérito, o Presidente da República e o primeiro-ministro, no processo de Tancos, poderá ter precipitado a diretiva de Lucília Gago que está a abrir uma autêntica guerra no Ministério Público. A procuradora-geral da República exige agora que nos processos mediáticos os magistrados digam aos superiores hierárquicos as diligências que vão levar a cabo e quer que eventuais proibições ou mudanças de estratégias pos-

sam ficar em processos secretos – não muito diferente do que aconteceu na Face Oculta quando as escutas de José Sócrates com Armando Vara foram parar a um processo administrativo.

Lucília Gago quer mais. Na diretiva enviada aos procuradores diz que todos os inquéritos abertos contra suspeitos mediáticos devem ser comunicados à hierarquia. Presume-se que a qualificação inclua todos os políticos e toda a matéria que esteja relacionada com a gestão da coisa pública.

“Esta diretiva está claramente

relacionada com o processo de Tancos. No qual o diretor do DCIAP proibiu os magistrados de ouvirem António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa, com o argumento de que não podiam

SINDICATO DIZ QUE ORDEM DE MAGISTRADA É ILEGAL E QUER OUVIR MARCELO

ser incomodados. Muito mal esteve o Ministério Público, porque afinal os procuradores tinham razão. O Presidente da República já foi ouvido na fase de julgamento e o seu depoimento foi muito importante.

Também na fase de instrução, o juiz ouviu António Costa e ninguém colocou a diligência em causa”, disse ao CM um magistrado que não tem dúvidas de que o risco de politização da Justiça aumentou.

O sindicato também já se pronunciou e pediu uma audiência a Marcelo Rebelo de Sousa e aos grupos parlamentares. Dizem que a ordem da magistrada é ilegal e questionam mesmo a sua continuidade no cargo. Lembram que foi nomeada politicamente e que agora poderá intervir nos processos em concreto e travar investigações. ●

EUROMILHÕES
A criar escândalos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA
130 MILHÕES
Super Jackpot

JOGOS SANTACASA
#Ganhamostodos

JUSTIÇA
TANCOS ABRE CRISE NO MINISTÉRIO PÚBLICO

P.29

CORREIO da manhã
www.cmjornal.pt
DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
 DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
 DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

GUIMARÃES
GANG SACA 400 MIL € EM DEZ ROUBOS
P.19

PAI ACUSA MADRASTA DO HOMICÍDIO

DE VALENTINA
P.17

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA **P.6 A 15**

LIMITE DE 7500 EUROS CASTIGA RESTAURANTES

PREJUÍZO DE MILHÕES COM APOIO DE TOSTÕES

Cafés recebem cerca de 300 € de compensação dos dois fins de semana de emergência
Doentes sofrem com pressão acrescida no serviço nacional de saúde
Vacina reservada pela Europa só resiste em transporte com gelo seco abaixo de -70 graus
LEGIONELLA NO NORTE P.22
Unidade da Longa Vida suspeita do surto mortal
CASTELO BRANCO P.28
Autarca desconhece lei em negócios de família
COIMBRA P.16
Pede foto de menina despida e é absolvido

COLEÇÃO CRIME E CASTIGO

SÁBADO, DIA 21
1,99€ + JORNAL
Michael Peterson Morte na Escada

VIDAS P.41 A 45

Cristina

TIRA 9 MIL € POR MÊS POR MÊS A FÁTIMA LOPES

Mudanças na televisão com impacto no orçamento da apresentadora de 'À Tarde é Sua'

CONLUÍO COM ESPANHÓIS FORÇA A OPA DE MÁRIO FERREIRA
CMVM OBRIGA A OFERTA DE COMPRA SOBRE A DONA DA TVI **P.40**
CONTRATO MILIONÁRIO P.32
DIRETOR TROCA BENFICA POR ROMA
PROCESSO AO FC PORTO P.33
MAXI PEREIRA EXIGE 1,2 MILHÕES
CONTRA SACAVENENSE P.34
AMORIM MANTÉM ESPINHA DORSAL

NOSSA APOSTA.PT

A.I. NOSSA
O ASSISTENTE VIRTUAL QUE TE DÁ DICAS PARA AS MELHORES APOSTAS



Fenprof regista casos positivos de Covid-19 em 849 escolas

Professores acusam ministério de encobrir real dimensão da pandemia

■ A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) alerta que a pandemia nas escolas está a agravar-se e acusa o Ministério da Educação de “encobrir a real dimensão do impacto da Covid-19 nas escolas, mantendo o clima de opacidade”. A Fenprof reitera as “exigências de informação sobre escolas com casos e procedimentos adotados, bem como a negociação das

condições de segurança e saúde que têm carácter obrigatório”. Sublinha, ainda, que o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, “não está acima da lei”. “Foi necessária a intervenção do tribunal para, finalmente, o Ministério enviar “uma (não-)resposta” sobre a dimensão da pandemia, considera a Fenprof que regista 849 escolas onde já ocorreram casos positivos. ●

Afastado fim de aulas presenciais no Superior

■ O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, afasta a possibilidade de encerrar universidades e politécnicos com o objetivo de reduzir os contágios por Covid-19. “Não é a confinar as instituições de Ensino Superior que se resolve”, disse o governante, sublinhando que as instalações para universitários “são hoje certamente das mais seguras”. Também o presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, Gonçalo Leite Velho, encara com “estraneza” esta possibilidade, comunicada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ao dirigente do Partido Ecológico ‘Os Verdes’, José Luís Ferreira. ● J.S.



Superior com baixos contágios

**REUNIÕES DO INFARMED
REGRESSAM HOJE**

As reuniões que juntam políticos, especialistas e parceiros sociais no auditório do Infarmed, em Lisboa, são retomadas hoje, às 10h00. Em cima da mesa estará a prorrogação do estado de emergência. As primeiras intervenções dos peritos são transmitidas em aberto. ●



Há 828 escolas que tiveram ou têm casos de covid-19, diz Fenprof

Federação sindical acusa o Ministério da Educação de “encobrir” situações de contágio.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) divulgou ontem que já foram contabilizadas 828 escolas que tiveram ou têm casos de covid-19, sublinhando que existe um aumento de situações de infeção entre os docentes. “É notório o aumento de casos em professores, tendo a Fenprof já contabilizado mais de duas centenas”, começou por dizer, em comunicado, acusando ainda o Ministério da Educação de “encobrir” a situação nos estabelecimentos escolares.

“Quer em relação às escolas, quer aos docentes, estes números são certamente mais baixos do que os reais, que continuam a ser escondidos pelo Ministério da Educação. Continua a encobrir a real dimensão do impacto da covid-19 nas escolas, mantendo o clima de opacidade que adota desde o primeiro momento, provavelmente temendo que estas estejam a ser espaço de contágio com repercussão na comunidade e que, desse facto, venha a ser responsabilizado pela insuficiência das medidas de segurança sanitária que, à margem da negociação a que estava obrigado, impôs”, atirou a Fenprof, depois de ter

solicitado à tutela o número de escolas em que existem casos de covid-19 e que procedimentos foram adotados face a essa situação. No entanto, diz não ter obtido resposta.

“É uma não resposta, assinada por uma licenciada em Direito e não por qualquer responsável político do Ministério da Educação. Ademais, essa argumentação vem pôr em causa procedimentos corretos adotados por escolas, Direção-Geral da Administração Escolar, universidades, municípios, governos das regiões autónomas e outras entidades quando, nas mais diversas áreas, têm vindo

a divulgar a existência de casos de covid-19, por exemplo, em lares, estabelecimentos prisionais, entre profissionais de saúde”, reforçou.

EXIGÊNCIAS DA FENPROF Para o combate à propagação da covid-19 nos estabelecimentos escolares, a Fenprof insiste na necessidade de haver “clareza e transparência”, com a divulgação semanal de um “relatório específico” sobre a situação epidemiológica nas escolas – além da divulgação dos casos à respetiva comunidade educativa e da realização de testes a todos os que, nas escolas, estiveram próximos de pessoas infetadas com o vírus.

“Os responsáveis do Ministério da Educação não estão acima da lei e o facto de se reunirem com organizações representativas de dirigentes escolares ou pais não os dispensa de se reunirem com os sindicatos, sendo a estes que a lei reconhece competência negocial. É lamentável que o ministro da Educação viole a lei, desvalorize os sindicatos e desrespeite os professores”, referiu a Fenprof, apontando o dedo a Tiago Brandão Rodrigues. “A Fenprof insiste na obrigação de os responsáveis do Ministério da Educação cumprirem as leis, designadamente as que o obrigam a negociar com as organizações sindicais as condições de segurança e saúde no trabalho”, concluiu.

Fenprof insiste na necessidade de haver “clareza e transparência” por parte da tutela

Aumento de casos de covid-19 é notório entre professores, alerta Fenprof



Diretores de turma dizem que escolas respeitam regras

PATRICIA DE MELO MOREIRA/AFIP



A Radar //

Vagas na PSP. Sindicato cria protesto “sarcástico” e leva bonecos policiais para curso

Falta de candidatos para
as mil vagas no curso de ingresso
na PSP tem originado críticas.

PEDRO ALMEIDA
pedro.almeida@ionline.pt

A falta de candidatos no curso de ingresso na Polícia de Segurança Pública (PSP) – num total de mil vagas foram apenas aprovados 793 este ano – tem levado os sindicatos policiais a apontarem o dedo ao Governo e a optarem por manifestar o seu desagrado até de forma irónica. Sem respostas por parte do Estado perante a escassez de jovens a quererem ingressar na profissão, a Organização Sindical dos Policiais da PSP (OSP/PSP) vai avançar com um “protesto simbólico e sarcástico”, comprando 207 bonecos policiais – número de profissionais que faltam para completar as mil vagas – e levando-os a Torres Novas no dia em que começa o 16.º Curso de Formação de Agentes (CFA), que vai decorrer nesta cidade do distrito de Santarém, com data a definir. Ao i, o presidente da OSP/PSP, Pedro Carmo, sublinhou que esta é uma das formas que encontraram para o Governo “não se esquecer” deste “descalabro”.

“Estamos a pensar comprar mesmo 207 bonecos e, no dia em que se iniciar o curso, deixar em Torres Novas, como se fossem ingressar no próprio curso. É uma coisa sarcástica, para relembrar que realmente há falta de policiais e não deixar morrer a ideia. Porque até começar o curso, ainda vai demorar algum tempo. Não sei se vão

começar até ao final deste ano. E o objetivo é voltar a lembrar a situação e que alguma coisa tem de ser feita para que as coisas mudem”, começou por dizer, reforçando que não se trata de uma “grande manifestação”, mas sim algo diferente que desperte a atenção de todos. “Vamos deixar lá mesmo na escola de policiais. Na portaria ou a alguém que queira receber. O objetivo é simbólico e alertar para o facto de as vagas não estarem completas. Estamos com falta de pessoal”, disse.

De acordo com a OSP/PSP, esta pode ser uma forma diferente de chegar ao Governo e alertar para os “vários problemas” existentes na profissão. “Vamos arranjar os 207 bonecos policiais nem que sejam da Playmobil. Acaba por ser uma brincadeira que não tem graça nenhuma, mas não deixa de ser uma coisa figurativa diferente do normal e que desperta a atenção das pessoas para um problema nosso. À partida, vamos só dois ou três entregar os bonecos. É como se fosse um caderno reivindicativo”, concluiu.

DESCREDIBILIZAR A POLÍCIA Além da falta de candidatos nos cursos de ingresso à profissão e também de condições e de atratividade, a OSP/PSP revelou ainda que os agentes se sentem cada vez mais descredibilizados.

“É também preocupação séria da OSP que esta mensagem, que se revela de carácter profis-



Dirigentes sindicais da PSP dizem não ter apoio do Governo

BRUNO GONÇALVES

sional, venha a revelar-se também no seio da sociedade portuguesa, cada vez mais pautada pela impunidade, desrespeito pelas regras básicas sociais e descredibilização das forças de segurança, que poderão, no futuro, pôr em causa a própria

estabilidade democrática, ficando em causa o garante da segurança pública, com a convicção do regime político”, pode ler-se em comunicado. Mas, ao i, Pedro Carmo vai mais longe e garante que nem no Orçamento do Estado os policiais são mencionados.

“Vêm dar a desculpa da covid-19, mas isso são desculpas. O certo é que o diretor nacional da PSP alertou para o facto de alguma coisa não estar bem. E não podem ficar esquecidos. O Orçamento do Estado vai passar, as coisas vão passar, fala-se na covid-19. Há de piorar, melhorar ou passar, e os outros problemas sociais que Portugal enfrenta continuam a existir. Não podemos pôr o país para trás das costas por causa da pandemia. Por alguma razão mantêm os estabelecimentos abertos, que é para as coisas irem andando e haver o menor desemprego possível. É

primordial haver segurança. Estamos cada vez mais a esquecer-nos disso. Neste Orçamento do Estado nem falam em nós, nas forças de segurança. Aliás, acho que este ano nem nos bombeiros e nos incêndios falaram. Já só há covid-19”, alertou.

No que diz respeito à pandemia, a Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP) já solicitou à Direção-Geral da Saúde que faça a atualização diária das listas fornecidas às forças e serviços de segurança dos infetados ou suspeitos de terem contraído a covid-19, para a fiscalização nas ruas ser feita com o maior rigor possível. Segundo as forças sindicais, as denúncias de que os isolamentos não estão a ser cumpridos partem de vizinhos ou conhecidos. Deste modo, as forças de segurança temem que os atrasos piorem ainda mais caso o número de novos casos continue a

“Vamos arranjar os 207 bonecos nem que sejam da Playmobil”, diz presidente da OSP/PSP

ASPP pede que listas de doentes com covid-19 sejam devidamente atualizadas



INEVITÁVEL

Entrevista a Mónica Fonseca, médica de família e dirigente da Ordem dos Médicos

“Há utentes jovens que me preocupam mais do que certos idosos”

“Temos doentes que não percebem português ou mesmo inglês e que não sabem que existe a Saúde 24”

“Ainda não chegámos ao inverno e os profissionais já estão exaustos”

// PÁGS. 16-20

GOVERNO TRAVA SAÍDAS DE PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS NOS HOSPITAIS

Hospital de Santa Maria perdeu 160 enfermeiros com experiência em cuidados intensivos desde o início do ano Covid-19. Em 34% dos casos notificados pelos médicos não se sabe como as pessoas foram infetadas // PÁGS. 2-3

Sem-abrigo. Associações em guerra pelos apoios da Câmara de Lisboa

Distribuem comida, roupa, dão consultas aos sem-abrigo e escolheram as redes sociais como campo de batalha. Rivalidade ditada pelos apoios camarários // PÁGS. 12-15

Sindicato cria protesto e leva 207 bonecos para escola da PSP

Organização sindical quer chamar a atenção para o défice de agentes e leva polícias de plástico para o curso onde estão em falta // PÁG. 6

Joana Mortágua escreve sobre João Miguel Tavares e a falta de princípios

// PÁG. 22

CMVM obriga Mário Ferreira a lançar OPA sobre Media Capital

// PÁG. 32

Documentário nasce das ruínas da primeira comuna anarquista

// PÁGS. 26-27

Morais Sarmiento sobre congresso do PCP: “Não entendemos”

// PÁG. 4

INE. Recuperação da economia “mais lenta em setembro e outubro”

// PÁG. 8



19-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 9

Cores: Cor

Área: 4,65 x 6,36 cm²

Corte: 1 de 1



Trabalhadores dos CTT anunciam greve

PORTUGAL O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações convocou uma greve geral para os dias 30 de novembro e 2 e 3 de dezembro, em luta contra a degradação da qualidade do serviço postal dos CTT, a falta de pessoal e as condições remuneratórias. O sindicato reivindica aumentos salariais em 2020 e exige a admissão de mais trabalhadores para os quadros da empresa.



Portugal tem de garantir sustentabilidade orçamental no pós-pandemia

Alerta é da Comissão Europeia, que diz ainda que apoio ao emprego tem de ser retirado de forma gradual.

A Comissão Europeia alertou que os países altamente endividados não podem deixar para trás a sustentabilidade das contas públicas no médio prazo. Portugal consta nessa lista de países. "Para a Bélgica, França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha, dados os níveis de dívida pública e os grandes desafios de sustentabilidade no médio prazo antes do surto da pandemia de covid-19, é importante assegurar que, quando se implementam as medidas de apoio orçamental, a sustentabilidade orçamental seja preservada no médio prazo", escreve a Comissão Europeia numa avaliação aos Orçamentos de Estado dos países da zona euro.

A Comissão Europeia falou nos Orçamentos do Estado entregues e a análise focou-se nas medidas, se são ou não temporárias e se podem ser compensadas por outras alterações.

Os técnicos da Comissão avaliaram ainda se os Orçamentos estão preparados para que sejam aplicados os fundos de recuperação europeus (Próxima Geração UE), que estão neste momento em causa devido ao chumbo da Hungria e da Polónia.

Ainda especificamente para Portugal, diz a Comissão Europeia que "o maior desafio, tal como em todos os Estados-membros, é abordar o impacto negativo da pandemia, tanto em termos humanos como económicos", acrescentando que "ainda que a resposta política tenha sido fundamental em acomodar o impacto da pandemia, Portugal enfrenta desafios específicos como baixo investimento e produtividade".

Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da CE, defende que "com a Europa atualmente mergulhada numa segunda vaga da pandemia, precisamos de intensificar os nossos esforços para nos ajudarmos mutuamente a resistir a esta tempestade". O responsável pediu ainda aos Estados-membros um "acordo político rápido sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência".

E O MERCADO DE TRABALHO? A Comissão Europeia considera ainda que, em Portugal, o mercado de trabalho foi o menos afetado, consequência das medidas de mitigação impostas pelo Governo, como é o caso do *layoff* simplificado. "O mercado de tra-

balho tem sido menos afetado, graças aos mecanismos de proteção do Governo", escrevem os técnicos, que não têm dúvidas de que estas medidas foram "eficazes" porque evitaram que existisse um crescimento "muito maior" do desemprego no país.

No entanto, há recomendações para os próximos meses: "A saída destas medidas de apoio deve ser gradual, para ajudar a evitar riscos de *cliff-edge* [disrupção ou riscos abruptos] no mercado de trabalho e deve ajudar a empregabilidade e a transição para empregos viáveis, enquanto ajudam a recuperação abrangente".

DESEMPREGO JUVENIL Os números do desemprego entre os jovens na União Europeia são dramáticos e preocupantes. A opinião é da Comissão Europeia, que fala em 5,4 milhões de jovens desempregados ou fora do mercado de trabalho. "Perdemos 4,1 milhões de contratos temporários e isto mostra inclusive quem são as primeiras vítimas desta crise: são os jovens, que estão precisamente com contratos temporários", disse o comissário europeu do Emprego, Nicolas Schmit.

Numa conferência de imprensa, em Bruxelas, Nicolas Schmit garante que "o desemprego juvenil aumentou muito mais rapidamente do que o desemprego em geral porque aumentou de 14,9% para 17,1%", isto entre março e setembro deste ano. "Estes são dados dramáticos porque temos 5,4 milhões de jovens desempregados, à procura de trabalho ou simplesmente fora do mercado de trabalho", disse ainda Schmit.

Comissão Europeia elogia medidas do Governo para proteger o emprego

Comissão alerta ainda Portugal para o desafio de abordar o impacto negativo da pandemia



Taxa de desemprego continua a fazer soar alarmes

RICARDO CASTELO



Sindicato defende juízas de acórdão sobre quarentena

Manuel Soares diz que órgão disciplinar “não pode andar com um lápis azul a rever acórdãos”

Nelson Morais
justica@jn.pt

PROCESSO O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Manuel Soares, insurgiu-se ontem contra a intenção do Conselho Superior da Magistratura (CSM) de avaliar, do ponto de vista disciplinar, a atuação de duas desembargadoras de Lisboa que, em acórdão sobre as quarentenas impostas nos Açores a quatro turistas alemães, arrasaram a fiabilidade dos testes em uso para despista-gem da covid-19.

“O Conselho Superior da Magistratura não pode andar com um lápis azul a rever os acórdãos dos juizes”, comentou o líder sindical, defendendo que o escrutínio do órgão disciplinar só é legítimo se a “linguagem” das decisões judiciais ofender “direitos fundamentais”. Assim não sendo, concluiu, “viola princípio da independência dos juizes”.

A associação reúne-se amanhã para analisar o acórdão, mas Soares adianta a sua po-

sição: “Somos contra”, assumiu, sobre a decisão do CSM “de levar ao Plenário” de 2 de dezembro este caso. O JN noticiou que a Secção Permanente do CSM abriu já um inquérito sobre a atuação das juízas, por estas terem tomado partido em divergências científicas sobre a covid-19, arrasando a fiabilidade dos testes RT-PCR; e por se pronunciarem sobre o objeto do recurso, depois de concluírem que este era “inadmissível, por falta de legitimidade e de interesse em agir por parte da recorrente”.

Em reação, o CSM garantiu que “não foi aberto qualquer processo disciplinar aos senhores juizes(as) desembargadores(as)”, acrescentando que, “face à polémica surgida em relação ao teor do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11.11.2020, vai o mesmo ser objeto de análise do Plenário do CSM”. Segundo a lei, se for detetada uma infração durante o “inquérito”, este é convertido pelo Conselho em “processo disciplinar”. ●

Manuel Soares,
presidente
da ASJP



EX-BASTONÁRIO

Germano Sousa diz que testes PCR são “os mais exatos”

A Relação de Lisboa escreveu que, “existindo tantas dúvidas científicas” sobre a fiabilidade dos testes PCR, “nunca seria possível a este tribunal determinar” que uma das turistas alemãs “era portadora do vírus SARS-CoV-2”, apesar de ter testado positivo, nem que os outros três “tivessem tido exposição de alto risco”. Germano Sousa, dono de laboratórios e ex-bastonário dos médicos, critica aquele ataque aos testes, sustentando que estes “são os mais exatos que há”. “Se alguém testa positivo, isso quer dizer, de certeza, que tem vírus dentro”, defende.



Protocolo para apoiar empresas da Região Norte

AHRESP e Turismo do Porto e Norte pretendem mitigar efeitos da crise e evitar insolvências

RESTAURAÇÃO O Turismo do Porto e Norte de Portugal e a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal assinaram ontem um protocolo de colaboração que tem como principal objetivo divulgar

e promover o Programa de Revitalização de Empresas (PRE) entre os empresários da região do Porto e Norte. O programa, já acessível, disponibiliza um conjunto de ferramentas que têm como objetivo mitigar os

efeitos da crise económica nas empresas, evitando as insolvências.

“Nesta altura, os maiores problemas das empresas são a queda abrupta do consumo e a necessidade de mais apoios à tesouraria. Os números dos nossos inquéritos apontam que 41% das empresas da área da restauração correm o risco de insolvência”, afirmou Carlos Moura, vice-presidente da AHRESP.

Com este programa, tenta-se impedir a destruição parcial do tecido empresarial destas atividades económicas. O PRE analisa a situa-

ção económica de cada empresa, apresenta um plano integrado que permita a sua viabilidade e soluções de revitalização, e procura, simultaneamente, modernizar as suas atividades, evitando o encerramento e a destruição dos postos de trabalho.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria do Norte, vários estabelecimentos já fecharam as portas e, entre março e abril, mais de 100 mil trabalhadores, em particular dos restaurantes, cafés e pastelarias, ficaram sem salários. ●

ANA SOFIA ROCHA

Hotel Nave quer avançar com despedimento coletivo

Sindicato denuncia intenção, que diz ser injustificada, de encerrar unidade no Porto. Crise provocada pela covid já fechou dezenas de estabelecimentos

Ana Sofia Rocha

ana.s.ferreira@jn.pt

CRISE O Hotel Nave, no Porto, surpreendeu os seus 17 trabalhadores com a intenção de despedimento coletivo, argumentando que o “estado de degradação” do edifício e a crise provocada pela covid-19 determinam o encerramento da unidade. O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Norte acusa o hotel de usar a pandemia como “falso argumento” para despedir.

A covid-19 está a causar graves danos no setor de turismo, com o encerramento de dezenas de hotéis. A esperança é que a maioria sejam fechos temporários.

“CRISE TEMPORÁRIA”

Ainda assim, “a covid-19 não é motivo para despedir, pois a crise é temporária”. Quem o diz é Nuno Coelho, representante do sindicato, que ao JN afirma que “o setor viveu uma boa situação económica durante oito anos consecutivos e o Hotel Nave acompanhou este crescimento chegando a triplicar a faturação”, o que chegava para “fazer obras no hotel e manter os funcionários”.



Hotel Nave, na Avenida Fernão de Magalhães, está aberto há mais de seis décadas

PORMENOR



camas

O encerramento definitivo ou temporário das 20 unidades hoteleiras durante este mês devido à crise provocada pela covid-19 representam cerca de quatro mil camas no Porto.

A isto, Nuno Coelho acrescenta que o hotel tem património que pode vender para fazer as obras, além de poder recorrer a fundos comunitários. Mas, para já, a “empresa não aceitou o pedido de suspensão do despedimento coletivo” pelo que foram requeridos os “relatórios e contas”. O JN tentou contactar os proprietários do hotel, mas sem êxito. Segundo a unidade sindical, no Porto há mais um hotel nesta situação.

De acordo com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, em novembro já encerraram, “pelo menos, 20 unidades, mas muitas outras já estavam encerradas”. Contudo, “até ao momento, na maioria dos casos estamos a falar de encerramentos temporários e não de insolvências. É uma tentativa de não aumentar os encargos reduzindo os custos de operação porque com ocupações de 5 a 7% não justifica o hotel estar a funcionar”.



Sindicato denuncia horários e cortes “ilegais” em faculdade de Medicina

NOVA O Sindicato Nacional do Ensino Superior vai apresentar queixa na Provedoria de Justiça contra a Nova Medical School da Universidade Nova de Lisboa. Em causa alterações às horas letivas semanais dos professores convidados que o Snesup garante serem “ilegais” por excederem o limite máximo previsto na lei para os docentes de carreira a tempo integral e resultarem em cortes salariais que podem atingir os “50%” em alguns casos. A Nova Medical School garante que não aplicou cortes, apenas “procedeu a um reajustamento da contabilização das horas letivas”.

Toys “R” Us: Natal será feliz ou “desastroso”, depende das medidas

O CEO da Toys “R” Us Ibéria, Paulo Sousa Marques, avisa que a manter-se a situação de confinamento e de recolher obrigatório aos fins de semana pode ter de avançar com despedimentos e fecho de lojas em Portugal.

ANA BATALHA OLIVEIRA
anabatalha@negocios.pt

Carlo Allegri/Reuters

O CEO da Toys “R” Us Ibéria, Paulo Sousa Marques, assegura que tem condições para acabar o ano com lucros em Portugal caso as medidas mais recentes de controlo da covid-19 voltem a ser substituídas pelas anteriores, menos restritivas. Caso contrário, o efeito pode ser “desastroso”, prevenindo a necessidade de fecho de lojas e despedimentos.

Confrontado com a questão de como a Toys “R” Us irá acabar o ano, Paulo Sousa Marques responde que depende do primeiro-ministro, António Costa. “Se a insanidade continuar no Natal o efeito pode ser desastroso”, afirma, criticando as medidas mais recentes do Governo. A manter-se a situação de confinamento e de recolher obrigatório aos fins de semana, a retalhista pode ter de avançar com despedimentos e fecho de lojas em Portugal. E “a Toys “R” Us é uma gota de água no problema”, assevera.

Pará já, está suspensa a contratação de 300 funcionários para reforçar as equipas na época natalícia, assim como o investimento de cerca de um milhão de euros que estava previsto para a remodelação das lojas no próximo ano.



A contratação de 300 funcionários para o Natal e o investimento na remodelação de loja está suspenso.

Até agora, o impacto da pandemia na Toys “R” Us foi “imensa”, mas os números estão longe de estar fechados, dado que faltam ainda concretizar-se 40% das vendas, que acontecem habitualmente na época do Natal. Desta feita, apesar de as operações em Portugal “sempre terem tido lucros”, e de o orçamento apontar para tal, a incerteza quanto às medidas que se avizinham não permitem previsões, diz Sousa Marques.

Contudo, se for permitido à Toys “R” Us ter as portas abertas em dezembro, ainda que com re-

duções no número de pessoas permitidas a circular em loja, o gestor acredita que a empresa ainda pode chegar aos lucros este ano.

“Não vejo que haja nenhuma explicação científica das coisas que se fazem em Portugal”, afirma o CEO, ao mesmo tempo que salienta que “ainda não foi feito um estudo sério sobre o efeito da covid-19 no retalho”.

Em Espanha, exemplifica Paulo Sousa Marques, tem-se tentado rastrear os focos onde começa a infeção e, nesse exercício, concluiu-se que menos de 1% das cadeias

começam no retalho. Ainda assim, também no país vizinho existem dificuldades, decorrentes da autonomia de decisão que cada região tem. Na Catalunha, por exemplo, quer-se fechar todo o comércio durante um mês, enquanto Madrid planeia avançar apenas com medidas de segurança à entrada e reduzir o número de pessoas nas lojas. Uma solução diferente foi a encontrada em Itália, e que também está a ser considerada entre “nuestros hermanos”: os brinquedos vão passar a ser incluídos na categoria de bens essenciais. ■

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 19 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4375 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Alta tensão no 5G

Braço de ferro entre empresas e regulador pode atrasar introdução da nova tecnologia | **Conheça** os principais pontos da discórdia | **Há espaço** para um quarto operador móvel em Portugal?

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

ORÇAMENTO DO ESTADO

Pacote negociado com a esquerda custa mais de mil milhões

Governo avalia propostas do PSD em 700 milhões

ECONOMIA 8 e 9



Miguel Baltazar

Acionistas da concessão Algarve Litoral em guerra

Conduril e Tecnovia discordam da estratégia usada pela Elevo para pedir indemnização à IP.

EMPRESAS 18 e 19

Vacina perde efeito nos mercados

MERCADOS 24 e 25, EDITORIAL

Comércio

Toys “R” Us admite fechar lojas se restrições continuarem

HOME PAGE 2

Media

CMVM obriga Mário Ferreira a lançar OPA sobre 70% da dona da TVI

Regulador estabeleceu que o empresário terá de lançar a oferta até 25 de novembro.

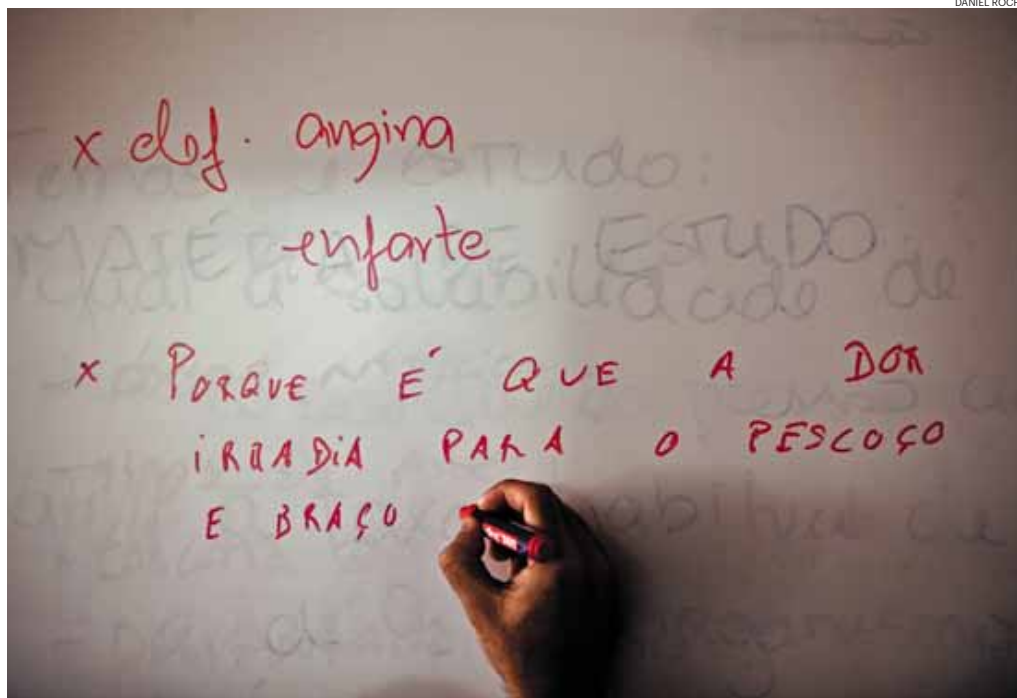


EMPRESAS 19

Automóvel

Queda de 23% não retira Portugal da elite produtora

EMPRESAS 20



A decisão da direcção da faculdade deixou os docentes indignados e alguns já terão deixado a instituição

Faculdade de Medicina da Nova reduz salários dos professores convidados

Samuel Silva

Contabilização do serviço docente foi alterada e os professores passam a ganhar menos pelo mesmo número de horas

Os professores convidados da Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa estão a receber salários mais baixos do que nos anos anteriores, apesar de continuarem a trabalhar o mesmo número de horas. A direcção da instituição decidiu rever a forma de contabilização do tempo lectivo nos seus contratos. A decisão deve-se à “difícil condição financeira” da faculdade e está a causar “revolta” entre os docentes.

A medida foi implementada no início do ano lectivo e comunicada numa circular. A instituição mudou a forma como são contabilizadas as horas de aulas na distribuição do serviço docente. Até aqui, eram levadas em conta 28 semanas de calendário escolar. Desde o início do ano lectivo, passaram a ser consideradas 36 semanas – mais oito. Isto implica que, pelo mesmo tempo de aulas, os docentes recebam menos dinheiro. Ou, para continuarem a receber o mesmo, têm que trabalhar mais horas.

A circular é acompanhada por uma tabela que explica o efeito em função do tempo dedicado por um professor – os contratos dos docentes convidados são definidos em função de uma percentagem de tempo dedicada à

função. Para um professor com um contrato de oito horas lectivas semanais era considerada uma dedicação de 60%, com base na qual era calculado o seu vencimento. Com a nova situação, passam a ser considerados só 30% para as mesmas oito horas.

O valor da retribuição “cai para metade”, diz o presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Snesup), Gonçalo Velho, que classifica a situação como “grave”. Segundo o Snesup, aos professores não foi dada mais carga lectiva do que em anos anteriores, mas passaram a receber menos pelas mesmas horas de

trabalho. Os contratos anuais dos professores convidados prevêem o pagamento de 60 semanas na íntegra – ou seja, 14 meses de salário. A faculdade diz que, fruto desta medida, “não foi dispensado qualquer professor”.

Na mesma circular, a direcção anuncia que o critério voltará a mudar no próximo ano lectivo. A contabilização do tempo lectivo passará a ser feita com base em 44 semanas anuais, o que resultará em nova perda de vencimento. Em causa estão professores convidados, isto é, pessoas que têm outras ocupações e não estão integradas na carreira docente.

Segundo o Snesup, os convidados representam cerca de 90% do total de professores da faculdade – apenas 44 dos cerca de 400 professores estão integrados na carreira docente. “A decisão pretendeu melhor ajustar os horários semanais à realidade das actividades lectivas”, justifica a direcção da faculdade, em resposta ao PÚBLICO. Contudo, na circular enviada aos docentes, os mesmos responsáveis assumem que a medida fica a dever-se à “difícil condição financeira actual da faculdade”.

A circular é do início de Agosto, tendo chegado ao conhecimento do Snesup nas últimas semanas, em resultado da “grande revolta” sentida pelos docentes, explica o presidente da estrutura. “Estes professores sentem-se maltratados pela direcção”, afirma o dirigente, segundo o qual houve vários docentes que não aceitaram as condições impostas e abandonaram a faculdade.

Reacções

“Estes professores sentem-se maltratados pela direcção [da Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa]”

Gonçalo Velho
Presidente do Snesup

“[A medida fica a dever-se à] difícil condição financeira actual da faculdade”

Circular da direcção da faculdade

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 19 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.166 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



Público

Toy Story, 25 anos
O filme que mudou o cinema de animação
Cultura, 30/31



Bem-estar
Potenciadas pela pandemia, as consultas de psicologia online estão a aumentar
Ímpar, 32

Estudo
Gastam-se 146 milhões de euros por ano com a doença inflamatória intestinal
Ciência, 29

Farmácias fazem testes rápidos para detectar covid-19 à margem das regras

Há farmácias que estão a realizar testes rápidos de antígeno sem cumprirem os requisitos técnicos definidos

quer pela Direcção-Geral da Saúde, quer pelo Infarmed, quer pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge. O Governo

vai, entretanto, mobilizar 300 agentes da Protecção Civil para os inquéritos epidemiológicos. Planalto com

sete mil casos diários seria "completamente inaceitável", diz em entrevista ao PÚBLICO o epidemiologista

Manuel Carmo Gomes, que considera não ser prioritária a vacinação das crianças Destaque, 2 a 7



IRS
Isenção pode chegar a mais 20 mil pessoas com baixos salários
Economia, 24

Orçamento PS quer saber quanto custam as propostas do PSD

Socialistas pediram à Unidade Técnica de Apoio Orçamental que calcule o impacto de três propostas dos social-democratas Política, 12

Ensino superior Nova reduziu salário dos professores convidados

Os docentes convidados do curso de Medicina da Universidade Nova passaram a ganhar menos pelo mesmo número de horas Sociedade, 16

Moçambique Jihadistas estão a preparar ataque em Cabo Delgado

Habitantes de Mueda, no interior de Cabo Delgado, começaram a deixar a região, perante a iminência de um ataque jihadista Mundo, 20/21

Profissionais do SNS estão impedidos de se despedirem durante o estado de emergência

Medida abrange profissionais considerados essenciais nas unidades Sociedade, 15

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES
Super Jackpot!

JOGOS SANTACASA
#Ganhamostodos

COPIAR O CÓDIGO DE ACESSO NA APP E JOGAR NA SANTACASA.PT

ISSN 0872-1548

Medida do Governo é válida durante o estado de emergência **Sociedade**

Profissionais de saúde impedidos de sair do SNS

Governo trava saída de enfermeiros, médicos e outros trabalhadores essenciais para assegurar resposta nesta fase crítica

Alexandra Campos

Os profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não podem sair enquanto durar o estado de emergência, caso se considere que são essenciais para assegurar a resposta das unidades em que trabalham, nesta fase crítica da segunda vaga da epidemia de covid-19. Este impedimento transitório está definido num despacho do Ministério da Saúde que permite a “mobilização” dos trabalhadores do SNS que pediram a rescisão de contrato recentemente. Publicado no início desta semana, o despacho já está a ser alvo de contestação.

A ministra Marta Temido delegou no secretário de Estado adjunto “a competência para determinar a mobilização de trabalhadores dos serviços e estabelecimentos do SNS” que “requeiram a cessação, por denúncia, dos respectivos contratos de trabalho”, tendo em vista “a garantia de resposta” dos serviços, uma medida excepcional prevista no decreto do estado de emergência. Esta mobilização deve ser feita pelos serviços e terá que ser “devidamente fundamentada” e ponderada a sua “adequação e proporcionalidade”, refere o despacho.

Mas há já pelo menos um grupo de 18 enfermeiros com experiência em cuidados intensivos cujos pedidos de exoneração do Centro Hospitalar de Lisboa Norte (CHLN) – que integra os hospitais de Santa Maria e Pulido Valente – ficaram suspensos que está a tentar contestar juridicamente o teor deste despacho. Os 18 enfermeiros pediram a cessação dos contratos para irem trabalhar para outros hospitais, sobretudo do sector privado, mas foram na terça-feira informados que os processos ficavam suspensos ao abrigo do estado de emergência.

Filomena Gonçalves, de 35 anos, 12 de experiência em cuidados intensivos, ficou perplexa quando recebeu a notícia. O seu processo de rescisão tinha ficado concluído em 26 de Outubro, já tinha negociado um contrato

num hospital privado e acordara dar apenas um mês de aviso prévio ao Santa Maria, aproveitando as férias que tinha por gozar.

“Está a sair muita gente, mas não se tenta negociar com as pessoas” numa altura em que os privados estão “a expandir-se, têm cada vez mais clientes”, observa. Filomena garante que não foi apenas a questão monetária que a fez querer sair. Os privados também oferecem “progressão na carreira”, enquanto no SNS esta “está congelada”, diz.

“Isto é uma espécie de requisição civil, é um atentado à liberdade e à democracia”, critica Gorete Pimentel, do Sindicato Independente de Todos os Enfermeiros Unidos (SITEU). “Mesmo que seja uma reclamação retórica, não vamos aceitar isto calados e de cabeça baixa”, assegura.

“São vidas suspensas”

A direcção do SITEU está “a fazer tudo para reverter esta situação e está empenhada em denunciar este atropelo”, corrobora Sónia Viegas, que é delegada sindical no Santa Maria e trabalha em cuidados intensivos. “Já estava tudo tratado e os colegas tinham dia para sair. Estão a interferir com a liberdade e a vida das pessoas. São vidas suspensas”, lamenta.

Além da procura dos hospitais privados, que disparou com a pandemia, muitos enfermeiros que tiveram que ir trabalhar para a capital estão a aproveitar esta “janela de oportunidade” para voltarem para perto da família, sobretudo no Norte, onde os hospitais do SNS abriram reservas de recrutamento, explica.

“Desde o início do ano saíra cerca de 180 enfermeiros, mas consegui contratar 165. Somos uma estrutura dinâmica”, sublinha a enfermeira directora do CHLN, Ana Paula Fernandes, lembrando que já em Abril um despacho “semelhante”, além de impedir transitivamente as saídas, suspendeu o gozo de férias. Mas reconhece que a situação, sobretudo nos cuidados intensivos e outras áreas



O impedimento transitório relativo aos profissionais de saúde está definido num despacho do ministério

Poderão ter de alterar férias de Natal

Tendo em conta a situação epidemiológica do país, os profissionais de saúde poderão ter de alterar os planos de férias de Natal de 2020, algo que já aconteceu no início do ano, nas férias da Páscoa, disse ontem a ministra da Saúde, Marta Temido. “É uma decisão difícil, um esforço adicional que se pede aos profissionais de saúde e que se poderá ter de pedir a outros

profissionais de outras áreas”, disse a ministra na conferência de imprensa sobre a covid-19.

Segundo Marta Temido, não é possível substituir os profissionais que estão na linha da frente por outros. A decisão de alteração das férias está ainda a ser tomada de acordo com cada instituição, tendo em conta o atendimento aos doentes e o gozo de férias para permitir às pessoas “recomporem-se”.

críticas, é agora muito complicada. “Até 11 de Novembro, saíram 16 enfermeiros. Só num dos serviços pediram para sair [agora] cinco, é uma equipa inteira. E alguns informam que vão sair de um dia para o outro”, relata. “Não queremos reter ninguém, mas não temos alternativa e isto é transitório”, enfatiza. De resto, os hospitais públicos não podem competir com os privados. “O Santa Maria é uma escola, dá formação, mas, sempre que uma unidade abre, leva-nos profissionais.”

O PÚBLICO perguntou ao ministério se há casos de outros profissionais nesta situação, mas não obteve resposta. **com Ana Maia**

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 19 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.166 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Público

Toy Story, 25 anos
O filme que mudou o cinema de animação
Cultura, 30/31

Bem-estar
Potenciadas pela pandemia, as consultas de psicologia online estão a aumentar
Ímpar, 32

Estudo
Gastam-se 146 milhões de euros por ano com a doença inflamatória intestinal
Ciência, 29

Farmácias fazem testes rápidos para detectar covid-19 à margem das regras

Há farmácias que estão a realizar testes rápidos de antígeno sem cumprirem os requisitos técnicos definidos

quer pela Direcção-Geral da Saúde, quer pelo Infarmed, quer pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge. O Governo

vai, entretanto, mobilizar 300 agentes da Protecção Civil para os inquéritos epidemiológicos. Planalto com

sete mil casos diários seria "completamente inaceitável", diz em entrevista ao PÚBLICO o epidemiologista

Manuel Carmo Gomes, que considera não ser prioritária a vacinação das crianças **Destaque, 2 a 7**

IRS
Isenção pode chegar a mais 20 mil pessoas com baixos salários
Economia, 24

Orçamento PS quer saber quanto custam as propostas do PSD

Socialistas pediram à Unidade Técnica de Apoio Orçamental que calcule o impacto de três propostas dos social-democratas **Política, 12**

Ensino superior Nova reduziu salário dos professores convidados

Os docentes convidados do curso de Medicina da Universidade Nova passaram a ganhar menos pelo mesmo número de horas **Sociedade, 16**

Moçambique Jihadistas estão a preparar ataque em Cabo Delgado

Habitantes de Mueda, no interior de Cabo Delgado, começaram a deixar a região, perante a iminência de um ataque jihadista **Mundo, 20/21**

Profissionais do SNS estão impedidos de se despedirem durante o estado de emergência

Medida abrange profissionais considerados essenciais nas unidades **Sociedade, 15**

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES
Super Jackpot!

JOGOS SANTACASA
#Ganhamostodos

COPIAR O CÓDIGO DE ACESSO NA APLICACÃO JOGOS SANTACASA PT

ISSN 0872-1548